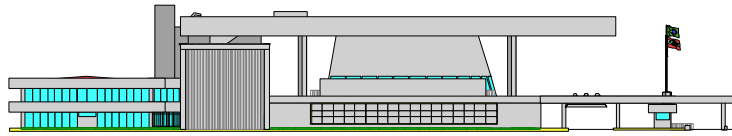


PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LVIII

FLORIANÓPOLIS, 22 DE JULHO DE 2008

NÚMERO 5.919

16ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa

MESA

Julio Cesar Garcia

PRESIDENTE

Clésio Salvaro

1º VICE-PRESIDENTE

Ana Paula Lima

2º VICE-PRESIDENTE

Rogério Mendonça

1º SECRETÁRIO

Valmir Comin

2º SECRETÁRIO

Dagomar Carneiro

3º SECRETÁRIO

Antônio Aguiar

4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO

Herneus de Nadal

PARTIDOS POLÍTICOS

(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA

Líder: Silvio Dreveck

PARTIDO DO MOVIMENTO

DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

Líder: Manoel Mota

DEMOCRATAS

Líder: Gelson Merísio

PARTIDO DOS TRABALHADORES

Líder: Pedro Uczai

PARTIDO DA SOCIAL

DEMOCRACIA BRASILEIRA

Líder: Marcos Vieira

PARTIDO TRABALHISTA

BRASILEIRO

Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO REPUBLICANO

BRASILEIRO

Líder: Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA

Líder: Professor Grandó

PARTIDO DEMOCRÁTICO

TRABALHISTA

Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Romildo Titon - Presidente
Marcos Vieira - Vice Presidente
Jean Kuhlmann
Gelson Merísio
Pedro Uczai
Pe. Pedro Baldissera
Narcizo Parisotto
Joares Ponticelli
Herneus de Nadal

Terças-feiras, às 9:00 horas

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Reno Caramori - Presidente
Décio Góes - Vice Presidente
Sargento Amauri Soares
Serafim Venzon
Manoel Mota
Renato Hinnig
Jean Kuhlmann

Terças-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Jailson Lima da Silva - Presidente
Odete de Jesus - Vice Presidente
Darci de Matos
Herneus de Nadal
Jandir Bellini
Jorginho Mello
Genésio Goulart

Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL

Moacir Sopelsa - Presidente
Reno Caramori - Vice Presidente
Sargento Amauri Soares
Dirceu Dresch
Marcos Vieira
Gelson Merísio
Romildo Titon

Quartas-feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Jean Kuhlmann - Presidente
Joares Ponticelli - Vice Presidente
Elizeu Mattos
Dirceu Dresch
José Natal Pereira
Renato Hinnig
Professor Grandó

Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Jorginho Mello - Presidente
Gelson Merísio - Vice Presidente
Décio Góes
José Natal Pereira
Jandir Bellini
Manoel Mota
Renato Hinnig
Odete de Jesus
Silvio Dreveck

Quartas-feiras, às 09:00 horas

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Dirceu Dresch - Presidente
Sargento Amauri Soares - Vice Presidente
Cesar Souza Júnior
Edson Piriquito
Elizeu Mattos
Kennedy Nunes
Nilson Gonçalves

Quartas-feiras às 11:00 horas

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MINAS E ENERGIA

Silvio Dreveck - Presidente
Renato Hinnig - Vice Presidente
Ada de Luca
Elizeu Mattos
Marcos Vieira
Pedro Uczai
Professor Grandó

Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Décio Góes - Presidente
Edson Piriquito - Vice Presidente
Edison Andrino
José Natal Pereira
Cesar Souza Júnior
Reno Caramori
Professor Grandó

Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE

Genésio Goulart - Presidente
Jailson Lima da Silva - Vice Presidente
Edson Piriquito
Gelson Merísio
Kennedy Nunes
Serafim Venzon
Odete de Jesus

Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER

Ada de Luca - Presidente
Pedro Uczai - Vice Presidente
Genésio Goulart
Kennedy Nunes
Elizeu Mattos
Serafim Venzon
Odete de Jesus

Quartas-feiras às 10:00 horas

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Darci de Matos - Presidente
Pedro Uczai - Vice Presidente
Ada de Luca
Manoel Mota
Jorginho Mello
Professor Grandó
Silvio Dreveck

Quartas-feiras às 08:00 horas

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Nilson Gonçalves - Presidente
Narcizo Parisotto - Vice Presidente
Edison Andrino
Jandir Bellini
Elizeu Mattos
Moacir Sopelsa
Jailson Lima da Silva

Terças-Feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Odete de Jesus - Presidente
Kennedy Nunes - Vice Presidente
Jailson Lima da Silva
Moacir Sopelsa
Joares Ponticelli
Nilson Gonçalves
Jean Kuhlmann
Romildo Titon
Manoel Mota

**DIRETORIA
LEGISLATIVA**

Coordenadoria de Publicação:
responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração, montagem e distribuição.
Coordenador: Eder de Quadra
Salgado

Coordenadoria de Taquigrafia:
responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.
Coordenadora: Lenita Wendhausen
Cavallazzi

**Coordenadoria de Divulgação e
Serviços Gráficos:**
responsável pela impressão.
Coordenador: Claudir José Martins

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XII - NÚMERO 1219
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 16 PÁGINAS

ÍNDICE

Plenário
Ata da 060ª Sessão Ordinária da
16ª realizada em 17/07/2008.....2

Atos da Mesa
Atos da Mesa DI.....13

Publicações Diversas
Atas das Comissões
Permanentes13
Ofícios15
Projetos de Lei.....15
Projeto de Resolução16

P L E N Á R I O

ATA DA 060ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 17 DE JULHO DE 2008 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

As 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Décio Góes - Dirceu Dresch - Elizeu Mattos - Herneus de Nadal - Ismael dos Santos - Ivan Naatz - Jorginho Mello - José Natal - Marcos Vieira - Narcizo Parisotto - Pedro Uczai - Professor Grando - Reno Caramori - Romildo Titon - Silvío Dreveck - Valdir Cobalchini - Valmir Comin.

SUMÁRIO**Breves Comunicações**

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Parabeniza a deputada Ana Paula Lima que assumiu a Presidência da Casa por licença do deputado Julio Garcia; aborda os investimentos federais na agricultura familiar; comenta o piso salarial dos professores; refere-se à mudança do Cefet para Ifet e a criação da Universidade Federal da Fronteira do Mercosul.

DEPUTADO IVAN NAATZ - Reporta-se à Operação Satiagraha; comenta a liberdade de desassino de avó e empregada.

Partidos Políticos

DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Tece comentários acerca de piso salarial dos professores; registra que o governo do estado está pagando metade do 13º salário aos funcionários públicos em julho.

DEPUTADO VALMIR COMIN - Refere-se ao salário dos professores e à valorização da classe pelo governo do estado; comenta o bom desempenho da senadora Ideli Salvatti.

DEPUTADO IVAN NAATZ (aparte) - Comenta o salário dos professores do estado.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (aparte) - Aborda o salário dos professores de Santa Catarina.

DEPUTADO DÉCIO GÓES - Parabeniza a deputada Ana Paula Lima pelo exercício da Presidência da Casa; comenta recursos da Petrobras para pesquisa com carvão em Criciúma; registra a criação de 49 mil vagas para servidores públicos federais; refere-se à integração da educação profissional com a educação tecnológica junto à educação básica; comenta o piso salarial dos professores; fala da Universidade Federal da Fronteira Sul; convida todos para o espetáculo *República em Laguna*.

DEPUTADO JOSÉ NATAL - Parabeniza a deputada Ana Paula Lima pelo exercício da Presidência da Casa; comenta o desempenho profissional da delegada Lúcia Stefanovich e da delegada Edi, da delegacia de Barreiros; refere-se ao salário dos professores; aborda o caso Daniel Dantas.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Comenta indicação que pede salário mínimo catarinense; aborda o piso salarial dos professores; refere-se à Operação Satiagraha.

DEPUTADO IVAN NAATZ - Parabeniza a deputada Ana Paula Lima por assumir a Presidência da Casa; aborda a posse do desembargador Jorge de Borba no Tribunal de Justiça; elogia a atuação da senadora Ideli Salvatti; refere-se à criação da Universidade Federal da Fronteira Sul e à federalização da Furb.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Registra a presença de enfermeira da França; comenta a atuação da senadora Ideli Salvatti e do senador Raimundo Colombo; aborda a Universidade Federal da Fronteira Sul; comenta a Lei Seca e o sistema carcerário.

Explicação Pessoal

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Reporta-se à criação da Universidade Federal da Fronteira Sul e à federalização da Furb; registra a situação do sistema prisional em Santa Catarina; refere-se ao IV Encontro Nacional do Fórum de Unidade Comunista.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Comenta o aumento da inflação.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (pela ordem) - Registra a presença do presidente da Câmara de Vereadores de Pomerode.

DEPUTADO DÉCIO GÓES (pela ordem) - Refere-se à alta da inflação.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA (pela ordem) - Aborda o aumento da inflação.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Comenta a exposição da senadora Ideli Salvatti em função de grampo telefônico.

DEPUTADO HERNEUS DE NADAL (aparte) - Solidariza-se com a senadora Ideli Salvatti com relação a grampo telefônico.

DEPUTADO DÉCIO GÓES (aparte) - Critica os grampos telefônicos.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (aparte) - Crítica a banalização dos grampos telefônicos; crítica a revista *Veja* por divulgar diálogos de grampos telefônicos.

DEPUTADO DÉCIO GÓES (pela ordem) - Refere-se à alta da inflação e ao salário dos professores.

DEPUTADO PEDRO UCZAI - Aborda o caso Daniel Dantas; refere-se ao valerioduto; comenta a Universidade da Fronteira Sul; reporta-se ao piso salarial dos professores.

DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Registra a importância da educação.

DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Elogia a atuação da senadora Ideli Salvatti.

DEPUTADO JORGINHO MELLO (pela ordem) - Reporta-se ao piso salarial dos professores.

DEPUTADO VALDIR COBALCHINI (pela ordem) - Registra a presença de vereadores de Lebon Régis.

DEPUTADO RENO CARAMORI - Registra a realização do VII Fórum Sul-Brasileiro da Qualidade e Tributação dos Combustíveis.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Srs. deputados, com a licença do sr. presidente, deputado Julio Garcia, esta deputada está com a responsabilidade de responder por esta Casa durante os próximos dez dias.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, sr. deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Bom-dia, sra. presidente, deputada Ana Paula Lima. Quero parabenizá-la por assumir a Presidência desta Casa, v.exa. que tem feito um papel fundamental como terceira vice-presidente desta Casa. É importante a mulher ocupar o seu espaço também na política e, principalmente, nesta Casa Legislativa, onde temos várias mulheres atuando.

Então, quero parabenizá-la e dizer que este momento também é importante para o Partido dos Trabalhadores pelo fato de estar aqui assumindo a Presidência desta Casa.

Quero aqui registrar, deputado Décio Góes, que abriu o jornal *Novo Oeste*, de Maravilha, da semana passada, e li acerca de um investimento importante na agricultura familiar em nossos municípios, com um destaque principalmente à produção leiteira no oeste catarinense, ao avanço que está havendo na produção e na industrialização. E agora o Brasil está começando a exportar.

É um incentivo importante para o programa de recuperação de frota de tratores. Li no jornal que três municípios do estado - Modelo, Santa Terezinha do Progresso e Iraceminha - estarão recebendo em uma semana tratores novos, recursos federais para investimento na produção e, principalmente, para a produção de pastos para os nossos animais, para as vacas produzirem leite naqueles municípios.

Então, é importante este registro de que todas as prefeituras estão recebendo o maquinário, financiando novas máquinas, retroescavadeiras, patrôas pelo programa Moderfrota, em nível nacional, lançado pelo presidente Lula, em que os municípios estão-se beneficiando comprando seus maquinários para melhorar sua estrutura de atendimento à população, principalmente nas comunidades do interior. Como exemplo temos o município de Romelândia, que tem investido muito na produção e tem aumentado significativamente a sua condição econômica.

Quero registrar estas situações nesta Casa com bastante satisfação, pois era uma das grandes reivindicações dos municípios terem um maquinário para poderem atender a população e os agricultores.

Quero aqui, hoje, com muita honra, com muita felicidade, deputada Ana Paula Lima, nossa presidente, registrar o ato de ontem em Brasília com o presidente Lula. Estivemos presentes, eu e o deputado Pedro Uczai, praticamente todos os nossos deputados federais, num grande evento para o futuro de nosso país. Talvez não com um resultado imediato, mas um resultado a médio e longo prazos em alguns fatos importantes e algumas ações do presidente Lula, sancionando primeiro a criação do piso nacional de salário dos professores.

A fala do senador Cristovam Buarque, que representou o presidente do Senado Federal, que iniciou o pronunciamento e depois repassou para o referido senador, que é um grande lutador da educação, foi a seguinte: "Não é só a questão de um piso econômico nacional, mas principalmente nacionalizar o tratamento do professor em nível de Brasil." Esta é a grande novidade, segundo o ministro, de como tratar uma categoria que sempre foi tratada nacionalmente em nível de estado ou às vezes até de município.

Então, esta é a grande marca de tratamento dos nossos professores, dos nossos educadores que preparam os futuros brasileiros. É um papel importante.

O segundo grande ato foi a mudança do Cefet - Centro Federal de Educação Tecnológica - para Infet - Instituto Federal de Educação Profissional. Isso, com certeza, marca uma nova era para o Brasil de preparar seus técnicos de forma alternativa, de forma diferenciada, que são fundamentais para o nosso futuro, para as nossas futuras empresas, no sentido de terem técnicos e trabalhadores bem preparados, pois além da questão da formação técnica, há também a formação humana, a qualificação dos nossos profissionais.

E, por último, esse grande momento esperado pelo nosso estado, pela região sul, depois de uma grande mobilização que de fato merece um grande respeito pela articulação feita pelos movimentos sociais, pela Via Campesina, pela Fetraf-Sul, pelas lideranças políticas da região, pela mobilização que se construiu com os três estados do sul, junto com as várias regiões, da assinatura do projeto de lei que vai para o Congresso, agora, pelo presidente Lula, da criação da Universidade Federal da Mesorregião Fronteira do Mercosul.

É uma luta de anos e anos, de muitas e muitas reuniões, discussões, debates, concessão de consenso entre as regiões, para poder chegar a este momento e indicar onde vai ser a sede da universidade, que é no nosso estado, em Chapecó, e também os municípios que vão receber os *campi*, que são as cidades de Cerro Largo e Erechim, no Rio Grande do Sul, e as cidades Laranjeira do Sul e Realeza, no Paraná.

Então, o presidente Lula assinou este projeto de lei e o encaminhou ao Congresso Nacional, que irá beneficiar aproximadamente 3,7 milhões de habitantes de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, e há expectativa de serem criados 30 novos cursos e atendidos cerca de dez mil estudantes de graduação, mestrado e doutorado, sendo que os cursos devem abranger as áreas de tecnologia, agricultura familiar, licenciatura e saúde popular.

A intenção é promover o desenvolvimento da região, atender os municípios que possuem baixo Índice de Desenvolvimento Humano e ajudar o processo de integração dos países do Mercosul.

A Universidade Federal da Mesorregião Fronteira do Mercosul funcionará com a estrutura *multicampi*. Serão necessários 500 professores universitários, 108 técnicos administrativos de nível superior e 232 de nível médio para o pleno funcionamento da universidade. Para o custeio e o pagamento de salários estima-se um investimento anual de R\$ 194,5 milhões.

Esta é um pouco da estrutura, da organização da universidade, dos cursos, num primeiro momento. E há expectativa para um segundo momento, que é a ampliação de alguns outros municípios, como Francisco Beltrão, de ter *campi*; em Santa Catarina mais dois *campi*, um em São Miguel d' Oeste e outro em Concórdia, e mais três *campi* no Rio Grande do Sul.

Então, este era o registro dessa grande vitória do fortalecimento do estado e da política pública dando condições à população, a regiões importantes de investimento em educação e em educação pública de qualidade e gratuita.

Como disse o nosso presidente no dia de ontem, esses investimentos em políticas sociais não são gastos, são investimentos no futuro do país, pois investir na saúde, na educação e em políticas sociais é uma contribuição extraordinária do governo no combate e na melhora também da segurança da população. Porque uma criança, um jovem bem alimentado não será, com certeza, um preso no dia de amanhã. Foram estas as palavras ditas ontem pelo nosso presidente Lula nesse importante evento.

Assim sendo, quero aqui parabenizar todos que se mobilizaram, que se envolveram tanto em nível de região sul, como também em nível nacional, no Senado, no Congresso Nacional, pois agora o projeto vai entrar em tramitação.

Esta Casa, este deputado vai acompanhar todo esse processo, pressionando, articulando em nível nacional, em nível de estado e em nível de região oeste o que é preciso se fazer junto com as organizações, para que de fato esse projeto saia o mais rápido do Congresso Nacional e do Senado, para poder se tornar uma realidade e já em 2009 termos o primeiro vestibular...

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, deputado Dirceu Dresch.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares.

(Pausa)

Na ausência do sr. deputado Sargento Amauri Soares, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Ivan Naatz, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO IVAN NAATZ - Sra. presidente, srs. deputados, pessoas que nos acompanham pela TVAL, muito bom-dia a todos.

Eu acompanhei, atentamente, ontem, os jornais e venho me preocupando bastante com esse tema da prisão do Dantas, do Naji Nahas, do Pitta, e tenho acompanhando também a imprensa em geral a respeito desse tema que é de extrema importância para que este país caminhe para a seriedade, para a credibilidade internacional, que é o fortalecimento das instituições democraticamente instaladas neste país.

Em primeiro lugar, tínhamos a interferência alegada do secretário Carvalho, da Presidência da República, fornecendo informações privilegiadas para o advogado de Dantas. Agora, tivemos também a sultura recorde, pelo STF, do homem que sustenta praticamente a política deste país, porque, segundo se lê, Dantas tem uma bancada maior no Congresso Nacional do que o próprio presidente Lula, e começamos agora a chegar ao ápice: o delegado Demógenes é ameaçado a se afastar do processo.

A justificativa do delegado para se afastar das investigações é que ele vai fazer um curso da Polícia Federal a distância, deputado Professor Grando. Depois de quatro anos de trabalho intenso, depois de quatro anos de investigação, depois de toda a liberdade que a Polícia Federal e o governo federal deram a ele, o delegado agora se diz comprometido com o curso de especialização, deixando as investigações.

Sinceramente, isso começa a me preocupar. Parece que teremos mais uma vez a história do mensalão arquivada; a história das divisas e recursos arquivada, e teremos, mais uma vez, denúncias graves colocadas para debaixo do tapete, e o país caminha assim. Segundo as investigações foram desviados R\$ 1,8 bilhões dos cofres públicos e mais uma vez acontecerá o que sempre acontece, o nada! Vai acontecer o nada!

O afastamento do delegado e de sua equipe de investigações é a prova de que a absolvição se aproxima, e aqueles R\$ 1,5 bilhões em divisas, levados para fora do país, serão mais uma história dos anais dos tribunais deste país que caminha a passos muito lentos para a dignidade, para a hombridade e para que todos sejam tratados iguais.

É lamentável! Lamentável o STF defendendo o Dantas, a Polícia Federal defendendo o Dantas e o secretário da Presidência da República defendendo o Dantas. A Polícia Federal agora afasta o delegado que fez as investigações e a população, coitada, caminha a espera que os ricos possam um dia frequentar as grades deste país, porque continuamos caminhando na certeza de que a prisão não foi feita para os homens de colarinho branco, a prisão não foi feita para quem tem dinheiro. Neste país existem dois tipos de justiça: a dos ricos e a dos pobres.

É lamentável! Lamentável que a coisa caminhe para esse ponto. Quando criança, srs. deputados, eu ouvia, e v.exas. também, que esse seria o país do futuro, que seria o país mais rico do planeta, mas lamentavelmente, tendo dois filhos adolescentes, acredito que o futuro não chegará nem mesmo para eles. Precisamos mais honradez, firmeza e de mais exemplos, principalmente para as classes menos favorecidas, os mais pobres. É isso que eles esperam das instituições organizadas deste país. É lamentável! Estaremos vigilantes nesse processo e se for preciso, todos os dias estaremos aqui para cobrar uma posição mais enérgica da Polícia e do Poder Judiciário catarinense e brasileiro.

Bem, dito isso, há mais uma manchete negativa que ouvi, pela manhã, no *Bom Dia Brasil*: um cidadão que matou a avó e a empregada foi condenado, primeiramente, a 32 anos de prisão, mas como foi condenado a mais de 20 anos, absurdamente teve direito a um novo júri, e esse novo júri o condenou a 23 anos. O cidadão matou a avó e a empregada, e a alegação era que estava possuído por cocaína, estava fora de si, tinha consumido cocaína em excesso. Portanto, segundo o laudo, era inimputável, não estava sabendo o que fazia. Matou a avó e a empregada e era inimputável, segundo a perícia, porque havia consumido cocaína em excesso. O Tribunal do Júri afasta a insanidade pelo consumo de cocaína, e o juiz o condena novamente, só que desta vez a 23 anos de prisão. O primeiro júri o condenou a 32 anos e o segundo a 23 anos.

Pasmem, srs. deputados! Ele já cumpriu seis anos de prisão e o advogado de defesa não vai recorrer, porque ele já tem direito à liberdade provisória, à liberdade assistida, aquela em que o cidadão sai pela manhã para trabalhar e volta para o albergue à noite. Vinte e três anos de prisão, cumpriu seis em regime fechado e já está solto para cometer novos delitos e voltar ao consumo da cocaína, que os médicos disseram ser a causadora da morte da avó e da empregada.

Vinte e três anos de condenação, seis anos de prisão e já está na rua solto para cometer novos delitos, onde é que nós vamos parar? O cidadão mata duas pessoas, cumpre seis anos de cadeia e já está solto, vai trabalhar de dia e dormir no albergue à noite! Isso se na cidade, deputado Ismael dos Santos, houver albergue, porque se não houver ele só precisa, na sexta-feira, passar no fórum e assinar uma fichinha que está tudo certo.

Duas mortes, 23 anos de condenação, apenas seis de prisão, e o cidadão já está solto para cometer novos delitos, matar, consumir cocaína e infringir toda espécie de legislação. Ou tomamos uma posição firme, tomamos decisões fortes, ou este país vai continuar caminhando como o país da absolvição, da falta de punição e da falta de responsabilidade.

Duas pessoas mortas, 23 anos de condenação, seis anos de prisão e o cidadão já está na rua! Dá para aceitar isso? Precisamos urgentemente reformular o Código Penal para que aqueles que cometem um delito desse nível permaneçam pelo menos três vezes mais tempo presos. Não adianta condenar a 23 anos e soltar em seis.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Antônio Aguiar.

(Pausa)

Com a desistência do deputado Antônio Aguiar, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Elizeu Mattos.

(Pausa)

Com a desistência do deputado Elizeu Mattos, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares.

(Pausa)

Com a desistência do deputado Sargento Amauri Soares e não havendo mais oradores inscritos, passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Elizeu Mattos, por dezessete minutos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sra. presidente e srs. deputados, o que me faz assomar à tribuna no horário destinado ao nosso PMDB é um assunto que acompanhamos pela imprensa e também alguns pronunciamentos do deputado Valdir Cocalchini, com relação ao salário dos professores. O presidente Lula estabeleceu como base mínima R\$ 950,00 para o salário dos professores. Logicamente não é o ideal, mas é um ato louvável e merece aqui o nosso reconhecimento termos um salário inicial de carreira para o professor de R\$ 950,00.

Mas ao mesmo tempo, deputado Ivan Naatz, eu acompanhava pronunciamentos sobre o salário de R\$ 950,00 do professor que também falavam de Santa Catarina. Eu acompanhei, inclusive, o pronunciamento da nossa presidente, e quando falo de salário falo sobre o que se ganha, aquilo que se recebe no contracheque, aquilo que se pode gastar, aquilo que se ganha no total.

Em Santa Catarina, muitas vezes as pessoas não sabem, a partir de agosto de 2008, o menor salário para quem leciona nas séries iniciais será de R\$ 1.145,00, isto é, acima dos R\$ 950,00. O menor salário do professor que estará iniciando e que tem o magistério, isto é, nível médio, vai ser de R\$ 1.145,00. Para professor que possui licenciatura plena, nível superior, o salário será de R\$ 1.594,00 e para aqueles que têm licenciatura plena, especialista e mestrado, o salário inicial no estado de Santa Catarina será de R\$ 1.915,00.

Faço essa colocação para não haver distorções, deputado José Natal, porque se recebe aquilo que está na conta, aquilo que o Tesouro do estado está pagando, e isso aconteceu no governo do Luiz Henrique da Silveira. Para se ter idéia, vou citar que o menor salário do professor para o ensino médio em Santa Catarina é de R\$ 1.469,00, para quem tem mestrado é de R\$ 1.756,00, que ao final fica em R\$ 2.926,00, que é o que vai receber com o Prêmio Educar, com a regência de classe e com os abonos. Esse é o valor que vai receber, a partir de agosto, um professor da rede pública do estado de Santa Catarina.

Para se ter a idéia, em janeiro de 2003, deputado Ismael dos Santos, quando o governador Luiz Henrique da Silveira assumiu o governo, o salário inicial de um professor - o que recebia em seu contracheque - era de R\$ 637,00 e hoje é R\$ 1.337,00. Isso significa, de janeiro a agosto de 2008, um percentual significativo de 109%, e nós acompanhamos, quando secretário Regional.

Na verdade alguns dizem: "Ah! Abono não serve!" Mas abono é dinheiro. "Ah! Regência de classe não serve." Mas é para ter professor na sala de aula. Por que foi dado o abono? Para incentivar quem está na sala de aula. Nós tínhamos um grande problema, tínhamos mais professor em bibliotecas do que em salas de aula.

Fazendo um comparativo com o índice nacional, o INPC, que mede a inflação, nos preços ao consumidor houve uma variação de 33% no período de janeiro de 2003 a agosto de 2008, mas na educação foi de 109%.

Faço esse registro para deixar claro que é louvável o decreto do presidente Lula que determinou o piso salarial de R\$ 950,00. É louvável, mas também quero deixar claro que os professores da rede pública estadual do governo do estado de Santa Catarina, por iniciativa do governador Luiz Henrique da Silveira, desde a sua posse, tiveram um aumento de mais de 100%, o que vai ser registrado agora em agosto e que nenhum professor nosso ganhará menos que R\$ 1.145,00.

Também quero aqui, deputado Professor Grando, registrar que desde a investidura do Luiz Henrique ao governo do estado, desde que tomou posse em 2003, o governador assumiu o compromisso com o funcionalismo público que a metade do 13º salário seria depositado na conta do servidor na metade do ano, e esse compromisso ele está cumprindo rigorosamente, tanto que esta semana R\$ 120 milhões estão sendo injetados na economia do estado. O governador determinou, e os funcionários públicos, deputado Herneus de Nadal, nosso líder, estão recebendo, mais uma vez, a metade do seu 13º salário na metade do ano, no mês de julho, de acordo com o compromisso assumido pelo governador Luiz Henrique.

Isso significa uma injeção de recursos na economia na ordem de R\$ 120 milhões, a garantia dos salários, e a garantia da metade do 13º salário, que no passado já assombrou alguns, que pensavam que poderiam não receber o 13º.

É louvável essa ação do governo, adiantando o 13º salário, que nós registramos neste plenário, nesta tribuna, esse compromisso assumido pelo governador Luiz Henrique da Silveira.

Por isso ocupei o horário do nosso partido, o PMDB, e vou reparti-lo com o deputado Valdir Cobalchini, que usará os minutos restantes.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Ainda dentro do horário reservado ao PMDB, com a palavra, nos minutos restantes, o deputado Valdir Cobalchini.

O SR. DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Sra. presidente deputada Ana Paula Lima, é uma alegria vê-la presidir esta Casa nos próximos dez dias.

O Sr. Deputado Ivan Naatz - V.exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Pois não!

O Sr. Deputado Ivan Naatz - Eu não poderia deixar de registrar a preocupação com a classe dos professores, pois tive o prazer de estar em sala de aula por 12 anos da minha vida na rede pública municipal e estadual de ensino.

É verdade, deputado Elizeu Mattos, v.exa. colocou muito bem. É verdade que o governo do estado vem caminhando para tentar corrigir esse equívoco.

Quando era professor da escola municipal de ensino, há cerca de 15 anos, nós tínhamos uma média salarial de dois salários mínimos, essa era a média de um professor em sala de aula, o salário base. Hoje o salário chega a praticamente quatro salários mínimos. É evidente que houve um crescimento, uma valorização, mas ainda é pouco. Nós esperamos mais, até porque os nossos professores precisam e desejam mais.

Mas é de se reconhecer o esforço do governo do estado ao tentar corrigir, dentro das suas limitações, esta desigualdade salarial e essa falta de valorização do magistério estadual como um todo.

Parabéns ao governo de Santa Catarina. Tenho aqui que reconhecer que já ultrapassa a festa que faz o PT, com o piso salarial de R\$ 950,00 para os professores da rede de ensino básico e médio do país. O estado de Santa Catarina dessa vez dá um exemplo e ultrapassa em cerca de R\$ 300,00 ou quase R\$ 400,00 o piso salarial fixado pelo governo federal aos professores.

Muito obrigado!

Parabéns ao governo do estado nesse ponto.

O SR. DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Deputado Ivan Naatz, incorporo o seu aparte ao meu pronunciamento, com muito prazer.

Mas, pegando um gancho no pronunciamento do deputado Elizeu Mattos e no seu aparte, deputado Ivan Naatz, quero registrar que foi com muita alegria que assistimos ontem aos anúncios do governo do presidente Lula, e também é com alegria que falamos das conquistas em Santa Catarina, pois pelo contingente de funcionários, a educação representa quase que a metade dos ativos do estado.

É preciso dizer que a valorização do servidor não acontece apenas pela presença, todos os dias, de um representante da educação nesta Casa que tem procurando ouvir os reclamos dos deputados e trazer a resposta de forma imediata, mas pela valorização dos nossos professores, quer seja com o pagamento rigorosamente em dia e até antecipação do 13º salário, como pelas capacitações que estão sendo feitas aos servidores, pelos inúmeros programas espalhados por todo o nosso estado, pelas obras físicas, edificações e construções de

novas obras que têm tornado o nosso estado uma referência no país. Antes perdíamos para o Distrito Federal e hoje Santa Catarina ocupa a primeira posição no ranking em muitos setores da educação. Como catarinense e integrante da base do governo Luiz Henrique, é uma alegria, deputado Antônio Aguiar, vivenciarmos momentos tão importantes como esse.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Pois não!

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Quero parabenizar v.exa. que representa o município de Caçador e tão bem está fazendo a sua parte nesta Casa.

Gostaria de dizer que, realmente os R\$ 1.145,00, como citou o nobre deputado Elizeu Mattos, faz com que R\$ 950,00 do presidente Lula não seja novidade para nós. Acho que a grande novidade é sem dúvida, mostrar ao professor de Santa Catarina que ele está sendo bem pago. Eu acho que o salário do professor comparado há alguns anos, como disse o deputado Ivan Naatz, está muito valorizado. E como ele disse também, não está nos níveis que os professores almejam, mas está bem melhor.

Era isso, nosso deputado de Caçador. Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Nós estamos caminhando e adquirindo as condições, até pelo comportamento da receita e pelo controle rigoroso que hoje temos dos gastos, para dia após dia vislumbrarmos melhores condições para os nossos servidores, especialmente em relação à educação.

Srs. deputados, aproveitando a oportunidade de termos como presidente a deputada Ana Paula Lima, gostaria também de fazer um registro a uma mulher. Quero aqui revelar minha admiração pelo seu trabalho e pelas conquistas que tem trazido para Santa Catarina, que é a senadora Ideli Salvatti. Ainda lia hoje pela manhã os anúncios feitos ontem pelo presidente da República, frutos do trabalho da senadora.

Além de toda admiração que tenho por ela, registrei aqui todo o esforço, todo o trabalho que faz o governador Luiz Henrique da Silveira, que é um incansável no trato das coisas públicas em Santa Catarina, pois trabalha pela manhã e até altas horas da noite, sete dias por semana. Então, é justo que eu faça este registro também em relação à senadora Ideli Salvatti, que permanece durante a semana, em Brasília, e que nos finais de semana vem aqui e percorre todo o estado de Santa Catarina com muita devoção, com uma missão que engrandece a classe política catarinense e, certamente, a bancada federal. Lá no Senado, através dos senadores Casildo Maldaner, Neuto De Conto e também do senador licenciado Raimundo Colombo, toda a bancada de Santa Catarina tem-se esmerado para cada vez mais trazer aquilo que nosso estado precisa e merece.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Décio Góes por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sra. deputada Ana Paula Lima, quero saudar v.exa. e desejar sucesso na Presidência, nesses próximos dez dias, quando teremos a satisfação e a honra de sermos dirigidos por v.exa. Tenho absoluta convicção de que estaremos bem orientados.

Esta é uma semana de boas notícias, que considero históricas para a educação brasileira. Até quero agradecer a manifestação do deputado Valdir Cobalchini, porque grande parte dessas boas notícias, dessas conquistas, de fato, são resultados da luta da senadora Ideli Salvatti e de tantos outros deputados, mas ela tem encabeçado essa questão da educação. E, de certa forma, veio corrigir uma injustiça que a Oposição faz, objetivando desgastar a senadora, dizendo que ela foi para Brasília e abandonou a educação. Isso é uma injustiça muito grande, pois ela lá está podendo fazer muito mais pela educação do que podemos imaginar.

Nesta semana, na segunda-feira, por exemplo, tivemos o anúncio da Petrobras, através da Fiesc, da liberação de R\$ 1 milhão para Criciúma, para pesquisa na área do carvão. Depois já soubemos, na outra semana, de um convênio com o Ministério da Ciência e Tecnologia para criar um instituto em parceria com os órgãos e as instituições do carvão, lá em Criciúma, com um laboratório de pesquisa nesta área, na ordem de R\$ 2 milhões.

Então, começamos a perceber em vários lugares do estado que isso, na verdade, faz parte de uma política pública de incentivar a pesquisa neste país. Já no ano passado, na reunião anual da SBPC, Sociedade Brasileira do Progresso para a Ciência, aqui em Florianópolis, houve uma reivindicação de mais recursos para a pesquisa.

(Passa a ler.)

“O ministro da Ciência e Tecnologia Sérgio Rezende anunciou durante a 60ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, realizada no dia 15 de julho, a criação de 50 institutos nacionais de pesquisa em até três anos. Está previsto o investimento de R\$ 270 milhões nesse período, recursos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq, e da Financiadora de Estudos e Projetos, a Finep.”

Depois se espera com os editais e as parcerias que irão construir com a iniciativa privada que desejem participar dos projetos e das pesquisas, que este volume de R\$ 270 milhões passe para R\$ 400 milhões.

(Continua lendo.)

“Segundo o ministro ‘esses recursos representam três vezes mais que os recursos do Programa Instituto do Milênio, voltado a pesquisas de temas que exigem laboratórios mais complexos e diferenciados.’”

Até 30 institutos serão selecionados por edital para atuação em 13 áreas estratégicas - nanotecnologia; biotecnologia; biocombustíveis; energias renováveis; gás, petróleo e carvão; agricultura; Amazônia e biodiversidade; semi-árido; mar e Antártida; o Programa Nuclear; O Programa Especial; meteorologia e mudanças climáticas e saúde. Outros 20 institutos trabalharão a chamada livre demanda, temas escolhidos espontaneamente de acordo com as necessidades do setor de pesquisa e desenvolvimento.

A previsão do Ministério da Ciência e Tecnologia é de publicar o edital para seleção de propostas de criação dos institutos no início de agosto e de colocar os institutos em funcionamento a partir de dezembro desse ano.”

Então, reputo essa notícia de maior importância para o salto de qualidade que o Brasil precisa dar em relação à pesquisa, à modernização do parque industrial, à modernização de nossos produtos, enfim, para poder ter mais competitividade no mercado internacional para melhorar a qualidade de vida do povo brasileiro.

Paralelamente a isso também foi anunciada esta semana mais 49 mil vagas para servidores públicos federais, a maioria para professores das universidades federais e para os Ifets. Como falou o deputado Dirceu Dresch, os Cefets - Escolas Técnicas Federais, passam a ser Institutos Tecnológicos Federais, e com isso também ter ensino superior e pós-graduação.

Outra lei importante prevê a integração da educação profissional com a educação tecnológica junto à educação básica, pois hoje funciona separado - educação profissional, educação tecnológica e educação básica - e a idéia é integrar para formar o cidadão profissionalizado, ou seja, o cidadão já sai com a profissão, e essas escolas também terão o compromisso de abrir cursos para as comunidades, enfim, participarão mais do dia-a-dia do cidadão.

Outro avanço importante foi a questão do piso salarial que passará a ser de R\$ 950,00.

(Continua lendo.)

"O presidente sancionou o projeto que cria o piso nacional dos professores. É considerado um grande avanço para melhorar a valorização dos professores no país, principalmente nas regiões mais pobres, como o norte e o nordeste".

Imagino que Santa Catarina não vá atingir e isso é muito bom que aconteça. Mas ele vai beneficiar 800 mil professores no Brasil e até 2010 o salário deverá chegar a R\$ 950,00. Os municípios que provarem que não têm condições de pagar o piso salarial terão repasses do governo federal para cobrir essa diferença. Então, os municípios precisam se credenciar para isso.

Outro avanço importante desta semana em relação à educação é a criação da Universidade Federal da Fronteira Sul, inclusive traz um novo conceito que é o da integração regional do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, do Paraná e do Mercosul. São 30 cursos, 10 mil estudantes, 800 professores, cursos nas áreas de tecnologia, de agricultura familiar, de licenciatura e de saúde popular. Chapecó será a sede e terá mais quatro *campi* para atender a demanda que foi projetada.

Então, com essas boas notícias para a educação terminamos esta semana muito contentes, porque isso trará o salto de qualidade que o Brasil precisa.

Aproveitando esses últimos minutos, quero dizer que hoje será a primeira apresentação, em Laguna, às 22h30min, da peça a *República em Laguna*, no centro histórico da cidade. Ao todo serão oito espetáculos apresentados de 17 a 20 e de 24 a 27 de julho, sempre a partir das 20h30min. Durante duas horas, cerca de 500 pessoas revivem a epopéia da República Juliana e dão vida aos personagens da batalha de Laguna, transportando o público para o ano de 1839.

Este ano o espetáculo terá uma nova leitura que busca da valorização dos costumes da cultura açoriana. Eu já assisti no ano passado e em outros anos e recomendo a peça a todos que estão nos assistindo. Aproveito para reiterar o convite a todos os srs. deputados aqui da Assembléia Legislativa. O espetáculo é fantástico, e sentimos uma grande emoção. Conseguimos entrar no espetáculo, nos emocionamos e reviver essa história, que é encenada junto ao público de forma muito interessante. Então, vale a experiência!

Fica aqui o reforço do convite para irem à Laguna, a partir de hoje até o final do mês de julho.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputado Ana Paula Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o deputado José Natal, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sra. presidente, deputada Ana Paula Lima, srs. deputados, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Digital Aleesc, também quero desejar felicidades a v.exa. nesses próximos dias no comando desta Casa, que tem contribuído, sim, com certeza, para o desenvolvimento do estado de Santa Catarina, porque este Poder é parte integrante e importante para o nosso estado. Com certeza v.exa. levará os trabalhos desta Casa ao nível que ela deve estar para que Santa Catarina saiba que nós estamos aqui defendendo os interesses da sociedade. V.Exa. tem todo o nosso apoio e tem competência para isso.

Nesta linha me comprometo que se o presidente Lula não cometer nenhum equívoco no decorrer destes dias, não falarei mal dele, até porque, deputada Ana Paula Lima, temos que reconhecer que vivemos nesta Casa uma semana diferente das demais, pois v.exas., especialmente da bancada do PT, estão rindo à toa, pelo acontecimento já dissertado aqui pelos srs. deputados com relação à questão da universidade do estado de Santa Catarina, que terá sua sede em Chapecó.

Provavelmente, o governador Luiz Henrique da Silveira andou falando para o presidente Lula sobre a descentralização - e ele deve ter ouvido - e disse que iria começar a descentralizar também, levando tudo de melhor para a sociedade brasileira, especialmente para Santa Catarina que é o estado do desenvolvimento, do progresso e de autoridades comprometidas com as pessoas e eu me incluo neste contexto.

Mas, quero aqui no horário do PSDB, com a permissão do meu líder, deputado Marcos Vieira, reportar-me à reportagem que li hoje de manhã no jornal *Notícias do Dia*, sobre o reconhecimento, na retrospectiva de vida da delegada Lúcia Stefanovich, com a qual bem poucos contatos eu tive, não mais que dois ou três, pessoalmente, e por telefone também na mesma linha. Mas quero, de público, reconhecer e reafirmar aquilo que foi colocado a respeito dessa excelente mulher e profissional na área da Segurança Pública no estado de Santa Catarina, que marcou há muito anos a firmeza da mulher na contribuição com a sociedade.

Nessa linha também tenho uma pessoa que julgo e que reconheço demasiadamente importante e quero aproveitar este momento para homenageá-la, que é a popular delegada Edi, que hoje se encontra na Polícia Central de Barreiros, que há muito tempo vem contribuindo com a Segurança Pública lá na minha querida cidade.

Deputado Elizeu Mattos, o governador Luiz Henrique da Silveira e Leonel Pavan têm demonstrado a todos os catarinenses, a todas as classes de funcionários públicos do estado de Santa Catarina a sua forte intenção de fazer o melhor para os funcionários, em todos os níveis, em todas as carreiras. É lógico que quem tem um salário digno realmente consegue ser motivado e consegue trabalhar mais, consegue ter um bom astral no seu dia-a-dia.

Não é ideal o salário que ganham os professores da rede pública do estado de Santa Catarina, mas tenho a certeza e a convicção de que Luiz Henrique da Silveira, Leonel Pavan e o nosso secretário da Educação Paulo Bauer, um grande conhecedor da educação deste estado e deste país, somam-se a este governo para juntos melhorarem cada vez mais o salários dos nossos professores. Estamos avançando e até o final deste governo o secretário Paulo Bauer, com a equipe de governo de Luiz Henrique da Silveira e Leonel Pavan, vai melhorar ainda mais o salário, a condição de trabalho dos nossos professores de Santa Catarina.

O presidente Lula, é verdade, também tem a visão de que há necessidade de melhorar o teto salarial dos professores deste país, como colocou aqui desta tribuna, minutos antes de mim, o deputado Décio Góes, mas nós temos situações críticas que estão mais focadas no norte e no nordeste do nosso país.

O que o governo federal fez não é o ideal ainda, mas os professores terão um pouco mais de dignidade, trabalho e subsistência. Isso, com certeza, irá motivá-los, especialmente os professores do norte e do nordeste do Brasil, porque são de uma classe competente, conhecedora e que trabalha mais com a criatividade, os quais irão demonstrar mais ainda a sua criatividade em favor daquelas crianças que precisam de educação, educação essa que nós tanto comentamos, tanto clamamos nesta Casa, pois queremos que ela melhore cada vez mais. E o PSDB vem no processo dessa somatória há muitos anos e hoje praticamente não é a realidade ideal, mas é a realidade dentro daquilo que o governo federal e o governo do estado de Santa Catarina podem fazer.

Mas, srs. deputados, eu não poderia deixar de encerrar esta semana sem falar do caso Daniel Dantas, dos fraudulentos deste país. É por isso que temos um rombo, um déficit muito grande no país. Muitas coisas não avançaram nos anos anteriores e não estão avançando agora porque os ladrões desta nação, lamentavelmente, usurparam do dinheiro público. E num momento de muita tristeza para as sociedades menos favorecidas do país, a lei permite a eles diversas fugas legais na nossa Constituição, para que não permaneçam presos por muito tempo.

Quero enaltecer o trabalho do delegado da Polícia Federal, que tem que ser reconhecido, sim. Foram três anos de investigação, em que foi comprovado todo o tipo de falcatura e roubo do dinheiro da sociedade brasileira, mas eles ficaram menos de 72 horas presos. Eles têm que ser algemados! Se eles algemam o cidadão comum, têm que algemar também o colarinho branco, o safado que sabe realmente o caminho para roubar a sociedade brasileira.

Então, aqui presto a minha solidariedade ao delegado e ao magistrado que mandou por duas vezes consecutivas colocá-lo na cadeia.

Ontem, assisti na TVCOM um debate juntamente com um juiz, com a Ouvidoria do Ministério Público, com os professores universitários e também com advogados sobre esse caso. Com relação à questão da algema, a lei não é regulamentada, mas se o cidadão comum é algemado e colocado perante as câmaras de televisão, os colarinhos brancos também devem...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PPS.

Com a palavra o deputado Professor Grando, por cinco minutos.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Sra. presidente, companheiros deputados e deputadas, gostaria de me reportar à uma indicação que foi aprovada por unanimidade nesta Casa durante esta semana, inclusive com várias subscrições, enviada ao secretário da Fazenda, ao sr. governador, pedindo a eles que estudem uma forma de se ter um salário mínimo catarinense específico.

Alguns estados, como o Rio de Janeiro, o Paraná acharam que isso permitiria um ganho a mais ao nosso trabalhador. Ao elaborar essa indicação, fiz uma pesquisa e procurei me informar a respeito. Nesses estados foi aplicado o salário mínimo referente a cada um. Temos um salário mínimo nacional, mas a lei permite ao trabalhador normal, seja da construção civil ou ao trabalhador que está vinculado à produção, à indústria, ter um salário como referência um pouco maior do que o salário mínimo nacional.

É claro que é preciso que sejam feitos mais estudos, mas nesses estados aumentou o número de empregos, ocorreu uma distribuição melhor da renda e com isso um consumo maior e não prejudicou a questão da produção na indústria. Então, isso é muito interessante e entendo que merece ser analisado. Sei da sensibilidade do sr. governador, do secretário da Fazenda, já se procurou fazer esse levantamento junto com os órgãos de classe que estão fazendo essa reivindicação e sinto que esta Casa tem um posicionamento que vai ao encontro de um desenvolvimento sustentável, para que possamos realmente gerar esse desenvolvimento, fazendo com que os nossos trabalhadores tenham um salário melhor.

Ao mesmo tempo, nessa direção o governo federal também estabeleceu um piso mínimo de R\$ 950,00 aos professores. Eu quero dizer que foi relatado pelo vice-líder, deputado Elizeu Mattos, que em Santa Catarina nenhum professor tem piso menor do que R\$ 950,00; todos afirmam que o salário menor que ganham é de R\$ 1.140,00. E vamos entender bem esta questão de tempo integral de trabalho, para que possamos inclusive rever se algum aposentado ganha menos, a fim de que realmente possamos estender esse direito dado pelo governo federal.

Mas eu tenho certeza de que as informações dadas pela secretaria da Educação são de que realmente Santa Catarina está de parabéns com relação ao piso, se compararmos em nível nacional, e que também isso é importante em nível de Brasil, porque vamos começar a ter um comportamento em todo o país que vai beneficiá-los. Para isso há o Fundeb, um fundo criado ao município, ao estado, se por acaso não possuir recurso; é uma distribuição de renda. E serão cobertos por esse fundo aqueles professores que ganharem menos de R\$ 950,00, principalmente os do norte e nordeste do Brasil.

Mas é bom ressaltar que é um fundo criado em todo o país para atender aqueles que realmente sofrem as consequências do desenvolvimento regional, de forma não equilibrada, e isso implica na solidariedade para termos uma melhor educação.

Srs. deputados, como me resta um mínimo de tempo possível, quero dizer que oficialmente o PPS estranha o afastamento dos três delegados da Operação Satiagraha.

Por isso o partido manifesta-se em nível nacional, como sempre se manifestou em todos os casos, no sentido de que as coisas sejam apuradas com transparência. É este o nosso posicionamento em nível nacional.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, deputado Professor Grando.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado Ivan Naatz, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO IVAN NAATZ - Sra. presidente e srs. deputados, quero aqui hoje abrir espaço para a minha querida cidade de Blumenau, cidade que vive momentos de festas para o estado de Santa Catarina, em que pessoas dignificam a cidade e todo o vale do Itajaí.

Eu não poderia deixar, ao iniciar o meu pronunciamento, de parabenizar v.exa., deputada Ana Paula Lima, por ter assumido, mais uma vez, a Presidência desta Casa, pois a nobre colega enobrece as mulheres deste estado, o povo e a gente de Blumenau.

Então, registro aqui o orgulho que temos em tê-la na Presidência desta Casa e também em saber que v.exa. é uma guerreira, uma lutadora. Eu conheço a sua história, os seus momentos de luta, sempre em prol dos movimentos sociais, em prol da democracia daquele município. E se há alguém que merece estar aqui para ocupar esta Presidência é v.exa.

Enfim, quero deixar aqui registrado que v.exa. orgulha o povo de Blumenau e também as mulheres daquela região e com certeza as mulheres de todo este estado.

Parabéns e tenho certeza de que será de pleno sucesso o seu período na Presidência, pois para mim foi motivo de orgulho estar aqui e ser coordenado por v.exa.

Digo isso para também lembrar a posse de mais um blumenauense no Tribunal de Justiça, o desembargador Jorge Luiz de Borba, que veio para contribuir com o Judiciário, com a sua capacidade, com a sua simplicidade. Ele é um homem simples, inteligente, que vem mais uma vez enobrecer o povo daquela terra, o povo de Blumenau, cidade que tanto tem contribuído para o estado de Santa Catarina, colocando à disposição nomes dignos e honrados já citados que se destacam em todas as fileiras públicas deste querido estado.

Mas não poderia deixar de elogiar mais uma mulher. Preciso deixar registrado para o povo de Santa Catarina o prazer que tenho em deixar depositado o meu voto de confiança à senadora Ideli Salvatti, que se tem mostrado uma guerreira pelas coisas de Blumenau, pelas coisas do estado de Santa Catarina como um todo. Não há uma reivindicação, uma inauguração e uma necessidade no vale do Itajaí em que não esteja lá a senadora Ideli Salvatti para nos defender no Congresso Nacional, junto à Presidência da República.

A referida senadora tem sido uma figura permanente no estado e é com orgulho que vejo o meu voto de confiança sendo traduzido em trabalho, em dedicação e em esforço. Sei que em Santa Catarina há três senadores, srs. deputados, mas só tenho visto um trabalhar, só tenho visto um passar por Blumenau, só tenho visto um comparecer nas inaugurações públicas, só tenho visto um brigar pelas coisas da nossa cidade. Onde estão os outros senadores deste estado? Não há um dia em que não saia uma nota de lutas da senadora Ideli Salvatti nos jornais e na imprensa do estado de Santa Catarina. É luta em cima de luta. Parece-me até que a senadora é a única do nosso estado. Onde estão os demais senadores deste estado?

O último senador que apareceu em Blumenau foi quando a deputada Ideli Salvatti esteve lá acompanhada dos demais senadores deste estado para brigar pelo acesso da BR-470 em minha cidade, para brigar pela duplicação da BR-470, para brigar pela construção do Hospital Universitário. Onde andam os senadores do estado de Santa Catarina, porque a senadora Ideli Salvatti caminha sozinha na luta pelas coisas deste estado?!

Quero, então, parabenizar a referida senadora pela luta e pelas conquistas que tem trazido ao povo de Santa Catarina.

Parabéns, senadora. V.Exa. dignifica o povo deste estado. E quero vê-la mais em minha cidade Blumenau, em todo o vale do Itajaí e, por que não dizer, em toda Santa Catarina.

Srs. deputados, quero falar também sobre a assinatura, ontem, da criação de mais uma universidade federal no estado de Santa Catarina. O presidente Lula autorizou a ordem de serviço para a criação da Universidade Federal da Fronteira Sul, deputados Ismael Santos e Décio Góes. E foi com muita alegria que o povo da região oeste do estado recebeu esta notícia. Ainda, é preciso lembrar da luta pela federalização da Furb.

Nós estamos aqui em cinco deputados estaduais nesta Casa, os deputados Ismael Santos, Cézar Cim, Jean Kuhlmann, Ana Paula Lima e este deputado, lutando pela federalização da Furb. Vamos lutar para que a nossa universidade seja federalizada com urgência. A Furb federal é uma necessidade do vale do Itajaí.

Então, quero solicitar a todos que se engajem nessa luta, ou seja, a bancada do PT, a bancada do PMDB, a bancada do DEM, o secretário de estado, o governador do estado, os senadores da República, a bancada dos deputados federais, pela criação da Universidade Federal da Fronteira Sul, que é uma conquista que será aplaudida pelos representantes daquela região. Por isso tem que ser elogiada a atitude do presidente Lula por efetivamente atender as necessidades do oeste do estado. Mas não podemos abandonar e deixar por menos a luta em prol da federalização da Furb. Essa é uma luta de todos.

Então, vamos nos engajar nessa nova missão sras. deputadas e srs. deputados, vamos nos engajar nessa nova luta, ou seja, transformar a terceira universidade federal na universidade da Furb, pois Furb federal é uma luta de todos, é um benefício para todo o estado de Santa Catarina.

E mais, a Universidade Fronteira Sul precisará de um *campus*, de construções, de investimentos e a nossa universidade de Blumenau, a Furb federal já está pronta, esperando apenas os investimentos e os ajustes administrativos. A comunidade quer a transformação em universidade federal, o prefeito quer, o governo do estado quer, os docentes querem, os alunos querem, a Câmara de Vereadores quer, os empresários querem, os deputados querem, enfim é uma unanimidade, todos desejamos que a Furb se transforme em um instrumento federal.

Então nos unamos nesta luta, nesse desejo da comunidade do vale do Itajaí. A Furb já possui todas as instalações, já está tudo prontinho só esperando o decreto do presidente Lula para termos a Furb federal no vale do Itajaí, que é um desejo de toda a comunidade.

Então, vamos nos unir para que em breve, quicá antes de 2010, quando foi prometida a inauguração da Universidade da Fronteira Sul, tenhamos já a Furb federal funcionando, uma vez que lá não precisamos de mais nada, são apenas questões administrativas, porque o prédio está pronto, a estrutura está montada, o corpo discente está pronto, é só ajustar as questões administrativas e irmos para a festa, para a comemoração de mais uma universidade federal no vale do Itajaí, a nossa querida Furb, a qual eu tive o prazer de frequentar há muitos anos.

Parabéns, deputada Ana Paula Lima; parabéns senadora Ideli, continuem na luta pelas causas de Santa Catarina, que o povo deste estado certamente reconhecerá o trabalho e a dedicação de v.exas.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, deputado Ivan Naatz, agradeço as suas palavras e a sua confiança. Certamente a luta pela federalização da Furb também é uma luta de vários deputados que compõem esta Casa. Estamos negociando juntamente com o ministro da Educação e com o presidente Lula para que isso se torne realidade.

Ainda dentro do horário reservados aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao DEM.

Com a palavra o sr. deputado Ismael dos Santos, a quem concedemos a palavra por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sra. presidente e srs. deputados, em nome do Democratas quero desejar sucesso a deputada Ana Paula Lima no comando desta Casa nos próximos dez dias.

Quero também fazer o registro, srs. deputados, da presença, nesta Casa, da enfermeira Suelen, que é no norte da França, da cidade de Valenciennes, que nas suas férias prestigia a nossa capital e está visitando o Parlamento nesta manhã. Seja bem-vinda.

Eu preciso, em nome do Democratas, fazer uma defesa em nome do senador Raimundo Colombo. Tenho a maior amizade, carinho e respeito pela senadora Ideli Salvatti, que tem os meus aplausos pela forma tenaz e ousada com que comanda boa parte da política de Santa Catarina no Senado.

Mas é claro que não posso deixar de defender aqui o senador Raimundo Colombo nas suas atividades. Tenho acompanhado a sua luta pelo estado de Santa Catarina.

No entanto, deputados Professor Grando e Ivan Naatz, v.exa. que fez menção, é claro que a distância é abismal entre a senadora Ideli Salvatti, que tem a vitrine, que tem a caneta na mão e um senador de oposição, como é o senador Raimundo Colombo.

A democracia coloca as suas regras, enquanto um partido governa, o outro deve fiscalizar, e essa tem sido a missão, espinhosa, é verdade, do senador Raimundo Colombo no Parlamento maior.

Também não poderia deixar de me somar hoje aos discursos aqui já feitos, e quero corroborar com eles ratificando também meu reconhecimento ao presidente da República pela segunda universidade federal no estado de Santa Catarina. Esse era um sonho antigo, e continua sendo, de todos os catarinenses, a ampliação da rede pública federal em nível universitário.

Há estados como Minas Gerais em que temos seis universidades, em Santa Catarina está chegando a segunda. Oxalá possamos ampliar para o sul do estado, e como foi dito aqui, para a região do vale do Itajaí, sobretudo através da nossa universidade regional de Blumenau, a Furb, nosso antigo sonho.

Em nome também do Democratas, preciso aqui ratificar a nossa gratidão e o nosso reconhecimento ao presidente Lula pela Universidade Federal Fronteira Sul, inicialmente com cerca de dez cursos, a partir de 2009, que irá beneficiar mais de 400 municípios da região do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Sra. presidente, fiquei feliz nesta manhã, ao receber o expediente, vejo o Projeto de Lei n. 0206/2008 sendo encaminhado para tramitação oficial nesta Casa. É um projeto de nossa autoria, que estabelece a obrigatoriedade para bares, restaurantes e similares da

informação sobre as penalidades ao motorista que consumir bebida alcoólica, e não só neste aspecto, mas também regulamentando festas e eventos promovidos pelo poder público, seja na esfera federal, estadual ou municipal, no sentido de que também nos copos de consumo de bebida alcoólica conste a informação de penalidades aos motoristas que assim o fizerem.

Creio que vem a calhar muito bem na perspectiva da Lei Federal n. 11.705, esta que está sendo chamada a 'Lei Seca'.

Minha última intervenção nesta manhã, sra. presidente e srs. deputados, diz respeito à polêmica que se levantou nos últimos dias, sobre o sistema carcerário. Eu havia feito recentemente um pronunciamento aqui e, até de forma um pouco profética falei sobre o sistema carcerário, em seguida ocorreram as fugas aqui na capital, em Florianópolis.

Quando falava do sistema carcerário do país com os seus mais de 400 mil presos, para ser mais específico é de 433 mil hoje no país a população carcerária, e com apenas 275 mil vagas, naturalmente que estaremos sujeitos sempre a essas fugas e rebeliões.

Mas eu ouvi aqui alguns pronunciamentos, em especial no dia de ontem o do deputado Joares Ponticelli, quando falava sobre a questão do sistema carcerário, apontando o dedo. Naturalmente esse é um direito da Oposição à situação da segurança pública em Santa Catarina.

Eu fui buscar alguns dados e fiquei um tanto quanto estarecido, deputado Elizeu Mattos, v.exa. que muito bem tem feito a defesa do governo nesta Casa. No governo do Esperidião Amin, segundo consta nas informações oficiais, foram criadas 187 vagas nos presídios em Santa Catarina. Apenas 187! Digo apenas porque a população carcerária no país cresce a uma média de 7% ao ano. Quando fui constatar os dados do crescimento de vagas, neste governo, no governo Luiz Henrique, cheguei a um número interessante: 3.500 novas vagas. Então foram 187 vagas no governo Esperidião Amin, contra 3.500 novas vagas no governo Luiz Henrique. Os números por si só, deputado Elizeu Mattos, já fazem uma belíssima contabilidade.

É preciso avançar! Claro que é preciso avançar! Se não estou equivocado, quando Luiz Henrique da Silveira assumiu havia quatro mil vagas, pulou para 7,5 mil. Quer dizer, havia quatro mil vagas em toda a história de Santa Catarina e conquistamos, nesses últimos cinco anos, mais 3,5 mil vagas.

É claro que precisamos avançar, sobretudo transformando a perspectiva punitiva, substituindo as vagas nos presídios por vagas nas escolas, porque a educação continua sendo a grande solução.

Era isso, sra. presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, deputado Ismael dos Santos.

Passaremos à Ordem do Dia.

Requerimento de autoria da Mesa Diretora, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao diretor-geral do Centro de Ciências Humanas e da Educação, professor dr. Jarbas José Cardoso e aos demais diretores, professores, acadêmicos e funcionários, cumprimentando-os pelos 45 anos de fundação da Faed/Udesc.

Esta Presidência defere de plano.

Fim da matéria constante da pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito o sr. deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sra. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio AleSC Digital, demais pessoas que nos acompanham nesta sessão, servidoras e servidores públicos, eu queria também, sra. presidente deputada Ana Paula Lima, cumprimentar e parabenizar o presidente Lula pela assinatura, no dia de ontem, da criação da Universidade da Fronteira Sul brasileira. Acho que esse nome fica até mais bonito do que Universidade da Mesorregião do Mercosul. A Universidade da Fronteira Sul será a segunda universidade federal em Santa Catarina. Com certeza merecem os nossos aplausos essas medidas.

Da mesma forma, quero reiterar nosso apoio militante à causa da federalização da Furb, pois há uma demanda daquela cidade e de toda região do vale de Itajaí, de onde este deputado também é oriundo.

É preciso fortalecer a educação pública de nível superior. É preciso superar o discurso ideológico de que o estado tem que se preocupar apenas com a educação básica, porque quem vai estudar em uma universidade são os abastados. Essa estatística, além de fraudulenta é inverídica. A maioria das pessoas, a maioria dos filhos dos trabalhadores de Santa Catarina e do Brasil não têm condições de pagar uma universidade privada.

Portanto, o estado tem obrigação de garantir condições de ensino, porque os jovens filhos dos trabalhadores pobres também têm o direito, e sem fazer nenhuma discriminação entre classe social ou status social. Aqueles filhos de trabalhadores pobres, dos camponeses do interior são os estudantes mais dedicados e que mais progresso apresentam na área do ensino superior. Não só na graduação, inclusive continuam os estudos em pós-graduação e doutorado para fazer pesquisa e produzir conhecimentos novos.

Este é outro novo elemento, porque não se trata de fazer mais uma escola de distribuir diploma de nível superior, uma fábrica de canudo, não se trata apenas disso. É preciso investimento público, no sentido de que a universidade possa ser efetivamente uma universidade que cumpra integralmente o seu papel, com indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. E pesquisa e extensão que se faz principalmente nas universidades públicas brasileiras, são elementos fundamentais básicos para se justificar a existência de uma universidade.

Nós temos visto aqui no estado a crise da Univali, a Universidade do Vale do Itajaí. Uma crise que voltaremos a discutir em audiência pública aqui neste Parlamento. Mas é preciso que escutemos todo o sistema Acafe, porque a nossa defesa histórica e militante é também por uma entidade pública do sistema Acafe, para que o estado federal ou estado regional assumam a obrigação de manter esse sistema, a fim de garantir a gratuidade aos estudantes, porque a falência do sistema universitário é a falência da classe trabalhadora, é o limite daqueles que podem pagar e dos que não podem pagar um curso de nível superior, e 70% ou mais da população brasileira não pode pagar a universidade.

Portanto, 70% ficam excluídos e a única forma de estudar é que exista a universidade pública e gratuita e de preferência com qualidade, produzindo pesquisa e extensão em curso de pós-graduação e doutorado para que se produza conhecimento novo, e essa é uma questão basilar, importantíssima para o conjunto dos interesses da sociedade brasileira.

Nenhum país, nenhuma nação é autônoma e soberana se não tiver um sistema universitário, um sistema de pesquisa, um sistema de produção, de conhecimento voltado para atender as necessidades elementares da maioria da população.

É nesse sentido que parabenizamos as iniciativas do governo Lula e a criação da segunda universidade federal no estado de Santa Catarina. Sabemos que nós temos muito a caminhar, porque há muito ainda para se investir, e que efetivamente nós não precisemos mais depender de tecnologia importada, de pacote tecnológico que vem mais para nos explorar do que para nos contemplar, mais para nos espoliar como nação do que para garantir os direitos básicos do nosso povo.

Quero voltar também à situação do sistema prisional aqui em Santa Catarina. Fugas em massa, rebeliões, superlotação, ratos mordendo presos. Eu não quero fazer e não vou fazer nenhum discurso de caráter político partidário e muito menos de caráter de cunho eleitoral, pois eu sei, enquanto o deputado Ismael dos Santos falava aqui de alguns dados, o quanto se investiu, o quanto se fez nos últimos cinco anos pelo sistema prisional em Santa Catarina, deputado Elizeu Mattos.

Eu fui e sou testemunha, porque conheço. Praticamente dobrou o número de agentes prisionais no estado de Santa Catarina nos últimos cinco anos, houve contratação para quase dobrar a quantidade existente até então, a construção de novas penitenciárias e presídios. Sabemos ainda da limitação, das dificuldades e da demanda que é sempre maior.

Temos ainda um problema grave de efetivo de agentes prisionais, mas principalmente de policiais militares para tomar conta desse sistema, e era disso que falava antes de ontem aqui. É fácil criticar quando não se vê as condições nas quais os policiais e os servidores do sistema prisional estão trabalhando.

O sistema prisional de Santa Catarina é caótico e não é de hoje, é de anos e de décadas. Agora, neste mês de agosto irá completar 18 anos que eu entrei para trabalhar, felizmente, no sistema prisional de Santa Catarina, na penitenciária da Trindade. E lá, há 18 anos já era assim, já havia ratos, uma praga de ratos que proliferava e sempre se busca as formas para minimizar esse problema, mas ele sempre volta. Canalização de esgoto mal feita, sobras de comidas em todos os lugares, inclusive nos corredores e nas próprias celas, é evidente que vai criar ratos, baratas e outros bichos.

Nós temos aqui na Trindade ratos que mais parecem gambás e não me surpreende que mordam os presos. Só não mordem o policial porque está de coturno, porque isso é uma praga que não é de agora, não é desse mês, há 18 anos conheço esse sistema e já era assim.

Nós vamos realizar uma audiência pública, na comissão de Segurança, na próxima segunda-feira, às 14h, aqui no Auditório Antonieta de Barros, para discutir a situação do sistema prisional no nosso estado e já sei que não teremos tempo para discutir tudo. Temos muito que falar a esse respeito. A crise no sistema carcerário brasileiro e catarinense não é só de falta de investimentos, porque o investimento está sendo feito. O problema é que a proporção do crescimento da demanda é maior do que o estado tem conseguido aportar para organizar isso. O número de presos no estado de Santa Catarina, praticamente dobrou nos últimos cinco anos.

Nós, policiais, temos trabalhado mais, sim! Isso é motivo de aplausos? Também! Mas é, principalmente, de lamentação, porque temos uma sociedade em degradação, uma sociedade empobrecida do ponto de vista econômico, do ponto de vista moral e do ponto de vista do trabalho, da valorização do ser humano e da juventude. Então, esses elementos precisam também ser pesados na hora de se discutir esses assuntos.

Por último, para concluir, quero reiterar o convite a todos que estão nos ouvindo para participar, a partir de hoje até sábado, do IV Encontro Nacional do Fórum de Unidade Comunista, que estará sendo organizado e realizado aqui no espaço físico desta assembleia Legislativa.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Marcos Vieira, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sra. presidente, deputada Ana Paula Lima, ao iniciar a minha fala desta tribuna, quero cumprimentar v.exa. pela ascensão ao cargo de presidente desta Casa, por um período de dez dias. V.Exa. tem cumprido com todas as obrigações inerentes ao parlamentar, mas, sobretudo, quando do exercício da Presidência desta Casa. Os meus cumprimentos.

Srs. deputados, ouvintes da Rádio Alesc Digital e telespectadores da TVAL, o assunto que me traz à tribuna não poderia ser outro a não ser aquele, deputado José Natal, que venho ao longo dos últimos meses trazendo ao conhecimento da população catarinense que é, infelizmente, o aumento do custo de vida, a volta da inflação, menos dinheiro no bolso do trabalhador e menos alimento no carrinho do supermercado. Todos nós estamos sentindo isso, pois quando vamos ao supermercado, a cada dia que passa, saímos com o carrinho mais vazio. E não há quem não tenha visto que voltou aquela velha máquina de remarcar preços, que tanto causou pavor no povo brasileiro, isso há mais ou menos 15 anos.

Ontem deputado José Natal, eu assisti uma reportagem em uma das redes de televisão nacional, deputado Ismael dos Santos, que mostrou funcionários de supermercados limpando, tirando o pó das maquininhas de remarcar os preços nas prateleiras. Elas estavam guardadas, e até pensei que tinham jogado fora! E essa rede de televisão entrevistou um repositivo de prateleiras e ele disse que no supermercado, pelo menos três vezes por semana os preços já estão sendo remarcados. E também mostrou o funcionário remarcando preços.

Isso é impressionante! E ninguém está fazendo nada para conter a inflação. Mas aos poucos, depois de um longo tempo de sono, o monstro da inflação dá sinais de que não está morto.

(Passa a ler.)

"É uma das reclamações mais comuns por parte dos consumidores brasileiros: a inflação, medida por diferentes índices raramente coincide com o aumento dos seus gastos. A disparada no preço da cesta básica ameaça principalmente as camadas da população de renda mais baixa, incluídas nos últimos anos no mercado de consumo - isso quando a inflação estava controlada e a máquina de reajustar preços aposentada."

O jornal *O Estado de S.Paulo*, diz o seguinte:

"Baixa renda já encolhe gastos

Pesquisa diz que 880 mil lares reduziram compras

Carne Bovina, óleos vegetais, feijão e leite, entre outros produtos básicos estão fora da lista de compras dos brasileiros de menor poder aquisitivo. Com o aumento médio de 9% nos preços dos itens básicos no primeiro quadrimestre deste ano em relação a igual período no ano passado, 880 mil lares deixaram de levar para casa produtos que compõem as cestas básicas de alimentação, higiene e limpeza entre janeiro e abril, revela estudo da LatinPanel."

É impressionante a quantidade de lares que já compram menos.

(Continua lendo.)

"A classe média brasileira está perdendo poder de compra, o que, aliás, também não é novidade porque não chegou a experimentar, nos últimos anos, alguma recuperação de seus salários ou rendas.

Enquanto o mundo todo está em alerta, aqui no Brasil, os ministros, aqueles que obrigatoriamente têm cuidado da inflação dizem que está tudo sob controle. Estão mentindo. Não é o que todos vemos quando vamos ao supermercado. Sabemos que a inflação, o aumento dos custos dos alimentos que nos atinge é uma crise sem precedentes, pois está vindo devagar e é de caráter estrutural, resultado de muitas mudanças que vieram para ficar, dentre as quais a globalização."

Sra. presidente e srs. deputados, também no jornal *O Estado de S.Paulo*, o diretor-geral da Organização Mundial do Comércio, Pascal Lamy, faz o seguinte alerta: "Brasil não está imune ao choque da inflação". O governo tem que ficar em alerta, pois quem está dizendo isso é uma das maiores autoridades no assunto do mundo inteiro.

(Continua lendo.)

"O que precisamos é que alguém do governo federal, de posição firme e coerente tome decisões fortes e verdadeiras, que possam conter esse monstro que está de volta e ataca o bolso dos mais pobres. Há seis meses o ministro Mantega dizia: 'Não se preocupem, está tudo sob controle, não está acontecendo nada'."

Há pouco mais de 20, 30 dias, o mesmo ministro Mantega foi para as estações de televisão, em reportagem veiculada nos principais jornais do país e disse: "Não precisam fazer estoque, não está aumentando nada".

E agora nós vemos a maquininha, a maquininha!

(Continua lendo.)

"A escalada de alta dos preços dos alimentos e do petróleo faz o mundo ficar em alerta com relação à inflação. Nessas situações e tempos de incerteza, algumas pessoas podem viver níveis incômodos de ansiedade. No Brasil, a inflação em alta fez a remarcação de preços se tornar uma rotina para os comerciantes e ressuscitou até um equipamento que já foi um pesadelo para os consumidores."

É aquele a que me referi no início do meu discurso: a velha maquininha, que está remarcando os preços nas prateleiras. A velha maquininha! A velha maquininha!

Deputado Professor Grando, é impressionante, pois mais da metade das reportagens dos noticiários das rádios e da televisão, dizem respeito ao aumento do custo de vida, da inflação, que a carne, o arroz e o leite estão mais caros; que há menos dinheiro no bolso do trabalhador, menos compras nos carrinhos e que os supermercados estão remarcando preços. Está virando uma rotina neste país!

Temos que tomar uma providência, deputado José Natal, porque o brasileiro daqui a pouco vai começar a fazer greve por melhores salários e os sindicatos se mobilizando, ou seja, a inflação corrói a barriga do trabalhador que passa a comer menos e corrói o bolso porque temos menos salários.

O trabalhador que no passado podia comprar o leite de pacotinho, de caixinha, o Longa Vida, hoje já está comprando o leite de saquinho plástico.

(Continua lendo.)

"Substituição na prateleira. Sai o preço antigo e entra o reajuste. A turma do cartaz acompanha o ritmo da mudança. A inflação também tirou das gavetas um flagelo do consumidor. Quem conviveu com a hiperinflação sente arrepios só de ouvir o barulho pelos corredores. A trilha sonora da carestia traumatizou toda uma geração".

Presidente Lula, ministro Mantega, força, trabalhem, façam alguma coisa para conter a inflação. Não deixem a maquininha voltar...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado José Natal - Peço a palavra, pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado José Natal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sra. presidente, com orgulho e satisfação, quero registrar a presença nesta Casa, do presidente da Câmara do município de Pomerode, nosso vereador Ricardo Campestrini, acompanhado dos jovens vereadores mirins desta cidade. Sejam bem-vindos a esta Casa, estamos felizes em tê-los aqui conosco.

O Sr. Deputado Décio Góes - Peço a palavra, pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sra. presidente, não sei se lamento ou parabeno a manifestação do deputado Marcos Vieira, pois, finalmente, o PSDB começa a se preocupar com a cesta básica e com os pobres deste país. Mas como eles estão desconectados da questão internacional, acham que o Brasil é uma ilha. Esta é uma resposta para aqueles que acabaram com a CPMF, e o povo está recebendo também a resposta não com o desconto, mas com o aumento desses setores.

Mas de qualquer forma, fico satisfeito porque eles estão preocupados e vão ajudar agora a resolver esse problema brasileiro.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Peço a palavra, pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Muito obrigado sra. presidente, sempre muito gentil.

Sra. presidente, o PSDB está preocupado, sim, com a alta da inflação e o custo de vida no país. Até porque foi o então ministro Fernando Henrique Cardoso, quando no exercício na função de ministro da Fazenda, do governo Itamar Franco, que implantou o plano real no país, o plano de estabilização econômica e fez com que a inflação saísse de índices altíssimos para praticamente zero. E durante os oito anos, depois do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, evidentemente que a economia se estabilizou no país. E agora me parece que o presidente Lula e seus ministros, não estão sabendo fazer com que a inflação permaneça controlada.

Então, essa é uma preocupação do PSDB. Nós estamos fazendo um alerta. O nosso partido fez um plano de estabilização e agora está fazendo um alerta para que a inflação nunca mais volte para o nosso país.

Muito obrigado, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - De nada, sr. deputado Marcos Vieira, recebendo um elogio de v.exa., fico muito sensibilizada.

Srs. deputados, estou muito feliz de receber nesta Casa, deputado José Natal, o presidente da Câmara de vereadores do município de Pomerode, sr. Ricardo Campestrini, juntamente com os vereadores mirins da gestão 2007/2008, 2008/2009, que são alunos oriundos das escolas municipais, estaduais e particulares desse maravilhoso município, que é Pomerode.

Sejam todos muito bem-vindos ao Parlamento catarinense. Esperamos que sejam os próximos representantes nesta Casa, como deputadas e deputados para melhorar a vida do povo desse maravilhoso estado de Santa Catarina.

Com a palavra o sr. deputado Elizeu Mattos por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sra. presidente que nos presidirá por dez dias, quero cumprimentar v.exa. e desejar muitas felicidades durante este período. Tenho certeza de que vai nos comandar com a mesma sabedoria e responsabilidade que o nosso presidente Julio Garcia.

Srs. deputados, assomo à tribuna para me solidarizar com a nossa senadora Ideli Salvatti, pois tenho acompanhamento pelos jornais a indignação, deputado Herneus de Nadal, da senadora catarinense, por seu nome ter sido citado num grampo telefônico, quer dizer, sendo exposto para toda a mídia. Até parece que agora é normal gravar as pessoas. Para mim é um crime, mas neste caso era uma gravação da Polícia Federal, que já tem agências por todos os lados só para fazer gravações. Então, deputado Silvio Dreveck, estamos perdendo nossa privacidade a cada dia que passa.

Mas sou solidário com a indignação da senadora Ideli Salvatti, porque simplesmente numa gravação apareceu o seu nome ou alguém falou da senadora e agora ela já está exposta nos jornais como criminosa, pois alguém citou o seu nome. E nós temos que ter - e eu tenho - a responsabilidade de usar esta tribuna mesmo a senadora não sendo do meu partido, pois não podemos ser irresponsáveis a ponto de acreditar em tudo que alguém fala do outro.

Então, ocupo esta tribuna para fazer este manifesto. Acho que as autoridades, as pessoas que trabalham para o nosso país e para o nosso estado, não podem ser expostas como estão sendo na mídia para todos verem. Daqui a alguns dias poderá ser um de nós, pois pegam uma palavra no meio de uma conversa e aquela palavra vira um crime.

Srs. deputados, nós, desta Casa, devemos ter a mesma responsabilidade que estou tendo aqui, de estar indignados juntos com a senadora, porque ela não foi julgada e seu nome está sendo exposto dessa maneira.

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - Penso que deve haver muito cuidado, deputado Elizeu Mattos, com a exposição pública de pessoas que têm na imagem quem sabe o seu maior atributo, como é o caso da senadora Ideli Salvatti, com quem muitos de nós tivemos a oportunidade de conviver e de aprender a respeitá-la por sua postura e princípios. E assim também acontece em muitas outras situações com nome de agentes políticos, de homens públicos do país que muitas vezes são penalizados sem que haja o processo legal.

A exposição do nome gera, às vezes, um prejuízo muito grande e muitas vezes este prejuízo é uma pena capital imposta a alguém que não teve a oportunidade do contraditório e que sequer sabia que seu nome estava sendo ventilado em um processo de escuta ou de instrução através de um dos organismos, um deles é a Polícia Federal ou qualquer outro instrumento que atue nessa área e nessa direção.

Por isso que todo o cuidado é pouco, para que não se penalize, com prejuízo, a imagem das pessoas que dependem da sua credibilidade junto ao eleitor e à população para continuar na sua tarefa e na sua missão e também na sua atividade política.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Agradeço o seu aparte, nobre líder, deputado Herneus de Nadal.

Qual é o patrimônio de nós, políticos, pessoas de bem, aquelas pessoas bem intencionadas? A nossa imagem é o nosso patrimônio. E quando começam a sujar e tentar pregar aquilo que não existe na imagem do político é estragar com o patrimônio, que é a nossa imagem. Isso nos preocupa muito, ou seja, falar por falar, e aquele patrimônio começa a desmoronar sem dever, começa a pagar uma conta que não deve.

Então, nós temos que ter a responsabilidade de medir as palavras. O mais importante ainda, deputados José Natal e Décio Góes, além de medir as palavras, é não cair nas pegadinhas que existem por aí e começamos a julgar, a prejulgar todo mundo, porque nós, políticos, não somos um Tribunal, nós fazemos parte da Assembléia Legislativa, a Casa de Leis, e não estamos aqui para julgar e prejulgar qualquer cidadão que seja. E, no meu entender, a senadora Ideli Salvatti é totalmente inocente, até que se prove o contrário. E não seremos nós que vamos dizer que a senadora é culpada de "a", de "b" ou de alguma coisa, porque na verdade alguém tocou no seu nome e já está no jornal que ela está envolvida no caso "a", no caso "b" ou no caso "c". Para mim, a senadora não está envolvida em nada.

O Sr. Deputado Décio Góes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Décio Góes - Nobre deputado Elizeu Mattos, eu queria saudá-lo pela manifestação e dizer que eu já tive a oportunidade de até escutar uma fita gravada minha e isso é muito desagradável porque está fora do contexto, dá para fazer várias interpretações, e isso é extremamente desagradável, dá margem a construir uma história errada sobre alguém que se dedicou a vida inteira à causa do aperfeiçoamento da democracia brasileira.

Eu tenho certeza de que essas questões não vão afetar a imagem da senadora, porque ela é uma lutadora reconhecida da democracia brasileira, da transparência, da seriedade na política, uma batalhadora pela educação e por Santa Catarina. Por isso ela merece de nós todo o apoio, respeito e carinho. Parabéns pela manifestação, deputado.

O Sr. Deputado José Natal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Pois não!

O Sr. Deputado José Natal - Para contribuir com a preocupação de v.exa., quero dizer que tenho certeza da existência de pessoas que têm ponderação, que têm juízo. A imprensa de hoje noticia a prisão de dois funcionários de empresa de telefonia de Sorocaba, no estado de São Paulo, que grampeavam, por conta própria, empresas, empresários e vendiam informações.

Então, dentro desta linha é que tem que haver definitivamente neste país a regulamentação legal da questão de grampos. Já existe, por determinação da Justiça, mas virou banalidade. E hoje quero colocar, conforme Luiz Nassif, jornalista renomado, que a revista *Veja* caiu no descrédito, em nível nacional, exatamente por divulgar essas informações sem ter a sua comprovação e veracidade. Está indo a pique e, como diz o outro, fez água a revista *Veja* por esse tipo de investigação, sem a comprovação dos fatos.

Quero me somar à preocupação de v.exa. e tenho certeza de que é a preocupação de todos nós, já que está havendo casos conosco aqui no estado sobre coisas que não aconteceram e trouxeram à revelia um monte de bobagens.

Então, o que nós realmente devemos pautar é a informação na hora em que ela estiver devidamente constituída e corretamente apurada. Ai, sim, nós podemos levantar a questão.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Eu agradeço pelo aparte, nobre deputado José Natal.

Mas meu líder, deputado Herneus de Nadal, preocupa-me muito o momento em que vivemos. Na verdade, grava-se na clandestinidade quando a clandestinidade é ilegal. E se nós começarmos a levar a sério as coisas clandestinas, que são do mal, que são proibidas, não são legais, nós estaremos aqui aprovando a quebra do direito de privacidade. Nem na ditadura aconteceu, pois o direito de privacidade existia, e quem apóia a clandestinidade quer o fim do direito à privacidade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, sr. deputado Elizeu Mattos.

O Sr. Deputado Décio Góes - Peço a palavra, pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sra. presidente, são duas questões que eu quero tratar: primeiro, o deputado Marcos Vieira falou da inflação, depois não me concedeu um aparte e veio aqui e fez um rebate numa questão de ordem. Esqueceu que o presidente Lula recebeu o país do ex-presidente Fernando Henrique com quase 20% de inflação ao ano e ele teve que administrar isso.

Outra questão, deputado, que foi falada aqui, penso eu, pelo deputado Elizeu Mattos e outros deputados, foi sobre o salário dos professores de Santa Catarina, que seria maior que o mínimo. Eu recebi do Sinte uma informação de que seria menor. Então, estou passando aqui essas tabelas ao líder do governo, para ele, na terça-feira, poder nos esclarecer esta questão. Há necessidade de concurso público para ACT, são mais de sete mil professores, e o ACT hoje ganha muito menos do que o mínimo profissional, pelas informações que tenho aqui. Mas irei passar a tabela para o líder do governo, para ele, na terça-feira, nos esclarecer essa questão.

Muito obrigado!

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Pedro Uczai, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sra. presidente, deputada Ana Paula Lima, srs. deputados, eu não fiz aparte ao pronunciamento do deputado Elizeu Mattos, até para que ele pudesse fazer a sua fala, mas quero colaborar sobre o porquê da sua preocupação, deputado, que foi aparteado também pelos nobres deputados, com a senadora Ideli Salvatti neste momento.

Por ocasião da CPI dos Correios, em voto separado e também no momento da conclusão dessa CPI, foi conseguido, por decisão da senadora Ideli Salvatti e da senadora Ana Júlia, incluir o Dantas e o grupo Opportunity no relatório final. E desde aquele momento, com o amplo voto em separado da senadora, foi permitido o início das investigações pela Polícia Federal, que dois anos após vem à tona a operação e a torna pública para a sociedade brasileira ter conhecimento.

Portanto, os dois textos viraram subsídios para a última operação da Polícia Federal. Quem sabe por isso que na época ridicularizaram as senadoras Ideli Salvatti e Ana Júlia, chamando-as quase de "Dom Quixote de Saias", porque elas estavam insistindo em algo que na época era discurso para esconder o valerioduto. Não, a senadora, em voto separado, associou Daniel Dantas com o valerioduto, associando inclusive com o pagamento de R\$ 4 milhões do Banco Opportunity, de Daniel Dantas, ao Marcos Valério, e mostrava a conexão entre o valerioduto, o Banco Opportunity e Daniel Dantas. E agora a operação vem comprovar tudo isso.

Por isso mantenho a minha crítica à postura do Judiciário brasileiro, através do presidente do Supremo Tribunal Federal, porque Daniel Dantas deveria estar na cadeia, preso, pois os ricos têm que ser presos também. E o que mais me está chamando a atenção, deputado Herneus de Nadal, é que quando os envolvidos são ricos e empresários, eles não vão para a cadeia ou possuem *habeas corpus*, mas se fosse um deputado, se fosse um político, estava na cadeia! Estava na cadeia! E muitas vezes sem provas!

Ontem, no discurso de reconhecimento inclusive do governo ao senador Cristovam Buarque, que ele também foi autor do piso nacional, junto com outros parlamentares, e ao governo do presidente Lula, dizia-se naquele momento que tudo que estava acontecendo - universidade federal, piso nacional, Ifets, com mais concursos, mais escolas federais tecnológicas - que uma das homenagens, um dois agradecimentos era para a classe política, que deveria ser reconhecida pelo bem de todos os partidos, no sentido de construir uma revolução na educação. E o presidente Lula, naquela ocasião, dizia que quando fazemos esse ato, quando votamos e assinamos piso nacional, criamos universidade, criamos escolas técnicas, não sai uma linha, às vezes, na imprensa, mas quando é para falar mal dos políticos são dezenas, dezenas de páginas.

Agora, quando envolve empresários, que são os ricos, o que é que acontece a eles? O valerioduto está na cadeia? Nunca foi para a cadeia! Nunca foi para a cadeia! O Daniel Dantas ficou um pouquinho. Foi preso e está solto novamente! Empresário rico que faz a corrupção, que corrompe autoridade, que corrompe, muitas vezes, juizes, que corrompe a polícia, não vai para a cadeia. E o Lula dizia que "Quanta coisa boa está acontecendo no país e às vezes não sai uma linha na imprensa." Como as grandes ações dos políticos, e aí político vai para a cadeia, deputado, vai para a cadeia! Se ele deve, tem de ir para a cadeia, mas muitas vezes é injustiçado. Agora, quando são os ricos, a elite brasileira, eles não vão para a cadeia!

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Concedo um aparte ao deputado Herneus de Nadal.

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - Deputado Pedro Uczai, de fato isso ocorre. E nós temos muito que comemorar em nosso estado nesta semana. São conquistas históricas! Quantas e quantas vezes conversamos, trocamos idéias, participamos de debates sobre os arts. 170, 171 e agora, depois de 50 anos, temos mais uma universidade pública federal em Santa Catarina.

No entanto, v.exa. tem razão, pois esse é um esforço da comunidade, mas é um esforço também dos homens públicos, e só através desse viés, através da educação, da formação da nossa população é que vamos alcançar o resultado que v.exa. afirma aqui, que todos nós pretendemos. Só há esse caminho, e se não for esse caminho vamos continuar vendo esse estado de coisas. Não somente neste governo, como em outros governos, quando muitas vezes injustiças são praticadas. Mas logicamente que as pessoas mais humildes não têm condições de contratar, muitas vezes, advogados renomados, influentes, como aqueles que têm um grande poderio econômico, que podem.

O Sr. Deputado Valdir Cobalchini - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Concedo um aparte ao deputado Valdir Cobalchini.

O Sr. Deputado Valdir Cobalchini - Deputado Pedro Uczai, como oestino eu quero cumprimentá-lo - tive a oportunidade de fazê-lo, ontem, na tribuna, em regozijo às notícias extraordinárias que têm acontecido em favor de nós, catarinenses - pela sua presença, ontem, lá, que, de uma certa forma, esteve nos representando.

E ainda hoje, pela manhã, srs. deputados, fiz, na tribuna, um registro da atuação da senadora Ideli Salvatti que, por certo, foi uma atriz importante para que essas notícias pudessem se tornar concretas ontem. E quero aqui também me solidarizar com ela, porque a conheço e há muito tempo sei da sua lisura, da sua postura sempre firme, combativa. Ela foi oposição ao nosso governo do PMDB, mas quero ser justo com ela, pois nesses anos prestou um trabalho incessante em defesa dos interesses de Santa Catarina.

Então, eu quero aqui me solidarizar com a senadora e eu estou absolutamente tranquilo e certo de que tudo isso é especulação e que ela não tem absolutamente nada a temer, pois não deve nada.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Muito obrigado deputado Valdir Cobalchini.

Deputado Dirceu Dresch, este deputado, o deputado Ivan Naatz, a senadora vivenciaram, ontem, esse momento extraordinário e histórico do piso nacional, em que o primeiro projeto foi de 1927, sendo depois apresentados novos projetos. E agora nós vemos aprovado um piso nacional para a educação. Como dizia o próprio senador Cristovam Buarque, não só um piso, mas nacional. O educador, o professor vai ser visto no país inteiro dentro de uma perspectiva de nação, de país, tendo a educação como prioridade no nosso governo, no governo do presidente Lula.

Segundo, a Escola Técnica Federal era sinônimo de ensino médio ou pós-médio. A partir de ontem, as escolas técnicas federais vão se transformar em Ifets, vão se transformar em centros tecnológicos, com ensino superior, com graduação, mestrado e doutorado, além de formação tecnológica, formação de professores e também em centros de pesquisa.

Vamos fazer uma revolução neste país, dando oportunidade a jovens e adultos, dando oportunidade para que fossem criados centros tecnológicos e fosse criada uma universidade federal no oeste de Santa Catarina, com sede em Chapecó, sendo que a próxima fase será um *campus* em Concórdia e em São Miguel d'Oeste. Esta é a luta que nós vamos fazer em prol do próximo *campus* da nossa universidade federal pública e gratuita.

Como professor, como educador, sempre lutamos para termos uma educação de qualidade, e a melhor herança que um pai e uma mãe deixam para os filhos é a educação. E, mais do que isso, nós, agentes públicos, homens públicos, vivenciamos, como ontem, em Brasília, uma das melhores conquistas do governo Lula, revolucionando a educação no país, fazendo com que a educação e os homens públicos garantam aos jovens catarinenses e brasileiros mais acesso à universidade pública e gratuita.

Esta é a comemoração, esta é a vitória. Eu vou tomar uma cachacinha hoje, para comemorar, apesar de estarmos na Lei Seca...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Jorginho Mello - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Jorginho Mello.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MELLO - Deputado Valmir Comin, eu quero aproveitar a presença do deputado Pedro Uczai na tribuna, já que expirou o seu tempo, para me incorporar ao seu pronunciamento.

Santa Catarina viveu ontem, deputado Pedro Uczai, um dia de glória. V.Exa. tinha que cumprimentar o presidente Lula, não tenha dúvida disso.

A senadora Ideli Salvatti, que sempre foi uma guerreira como professora, deve estar muito feliz, porque nós sabemos que lá no norte do país há municípios, há estados que ainda pagam menos do que um salário mínimo para um professor, algo em torno de R\$ 200,00. Então, quando se conquista R\$ 950,00 é motivo de muita alegria.

Portanto, deputado Pedro Uczai, Santa Catarina está de bem até pela nossa grande universidade na divisa do nosso estado. Eu não tenho dúvida de que hoje nós precisamos e devemos referenciar o presidente da República e a senadora Ideli Salvatti, que é uma guerreira por Santa Catarina.

O Sr. Deputado Valdir Cobalchini - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Valdir Cobalchini.

O SR. DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Apenas quero registrar a presença do vereador de Lebon Régis Baldomar Schregele, conhecido como Pena Branca, que visita a nossa Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Reno Caramori, eminente deputado progressista, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, sra. deputada e srs. deputados, eu faço questão de usar a tribuna nesta manhã para dizer que regressamos, neste momento, da cidade de Itapema, onde participamos do VII Fórum Sul-Brasileiro da Qualidade e Tributação dos Combustíveis.

As maiores autoridades nesta área estavam presentes e ainda continua o fórum até o final da tarde, quando teremos os pronunciamentos do sr. Pedro Aramis de Lima Arruda, da Petrobras, da segurança empresarial; do dr. Alísio Jaques Vaz, vice-presidente da Sindicon; do sr. Maurício Abou Rejaile, presidente do Brasilcom e o sr. Algenor Barros Costa, vice-presidente do Sincombustível de Santa Catarina. Este Fórum é coordenado pelo presidente do Comitê Sul-Brasileiro de Qualidade de Combustível, o nosso amigo e conhecido de todos Paulo Boamar.

Srs. deputados, ainda bem que o Brasil está demonstrado que o associativismo, seja o cooperativismo, o sindicalismo, associações organizadas, estão tendo a coragem de fazer esse tipo de encontro para dirimir dúvidas e minimizar o problema das grandes sacanagens dos maus empresários, os empresários malsucedidos, mal orientados, que procedem de maneira errônea, tendenciosa e sonegadora em Santa Catarina e no Brasil.

O Paulo Boamar, foi feliz no convite a essas autoridades, e lá estão representantes de todos os sindicatos de combustíveis e afins do Rio Grande do Sul, do Paraná e de Santa Catarina, além do Ministério Público; dos Procons dessa cidade; das delegacias de Polícia Civil; de representantes da Polícia Rodoviária Federal; da Polícia Rodoviária Estadual; empresários da área dos transportes, enfim todos aqueles que de uma maneira ou de outra estão envolvidos nesse processo da minimização das malandragens nos postos de gasolina.

É impressionante, sra presidente e srs deputados, é impressionante o número de sonegadores que eles nos apresentaram. Bilhões de reais que são sonegados por empresas fantasmas. Mostraram-nos que em uma porta de um barraco constava uma placa representando uma distribuidora de combustível. Automaticamente, ela sonegava o ICMS, PIS, Cofins, sonegava tudo!

Esse seminário realmente vai mostrar aos três estados do sul a problemática enfrentada pelos bons distribuidores, pelos bons comerciantes, pelos bons donos de postos de gasolina, por distribuidoras de lubrificantes e congêneres e assim por diante.

É impressionante quando o presidente da Brasilcom, mostra o que representa para o Brasil a sonegação em termos de má qualidade de combustível, que ultrapassam os limites permitidos por lei nas misturas do álcool com gasolina. Nós temos combustíveis com praticamente 50% de detergentes. Essa gasolina arrebita com os carros, corrói o motor.

É bom fazer um alerta aos nossos consumidores, que na maioria das vezes adotam postos de gasolina para abastecer permanentemente os seus veículos. Muitos postos usam de malandragem, usam combustível adulterado, conseqüentemente competem com uma diferença bastante expressiva no preço do combustível, ao contrário de demais postos que mantêm uma tabela equivalente, se bem que o preço é liberado, mas quando há um posto de gasolina

que vende o seu produto a um preço significativamente mais baixo ou mais barato, é bom desconfiar.

Por isso tome cuidado, senhor consumidor, porque aqui na Grande Florianópolis já foram denunciados postos que adulteravam combustíveis. Na Grande São Paulo é comum diariamente a fiscalização flagrar postos de gasolina, e até distribuidoras, que usam dessa malandragem, lesando o município, o estado, a União e, principalmente, o consumidor, aquele que compra o produto.

Por isso quero cumprimentar mais uma vez o sr. Paulo Boamar, coordenador do VII Fórum Brasileiro de Qualidade e Tributação dos Combustíveis, que teve uma freqüência significativa. Lá havia praticamente 200 pessoas interessadas, entre as autoridades que já nominamos e as que estão preocupadas com a situação da distribuição de combustível.

Nesse Fórum também está sendo discutida a grande tributação que faz com que o produto tenha um preço exagerado. Até concordamos que o preço da gasolina e do álcool seja mantido porque há um custo maior. Sabemos que o Brasil é movido a *diesel*, ou seja, o trator, o caminhão do pequeno agricultor, o barco do pescador, os ônibus rodoviário e urbano, o caminhão de transporte são movidos a *diesel*.

Precisamos enfrentar esse bicho-papão que onera o transportador autônomo, que hoje está sumindo porque o preço do frete é muito baixo e o preço das peças aumenta todos os dias, o combustível tem uma tributação de mais de 30%. Sabemos que o transportador autônomo não vai suportar essa carga tributária por muito tempo, inclusive as transportadoras organizadas, que têm um custo operacional maior estão-se ressentindo com essa tributação, principalmente sobre o óleo *diesel*.

Por isso deverá sair hoje a Carta de Itapema, e todo o sul do país está reunido para discutir. Vamos buscar, junto aos governos federal e estadual, uma solução para que possamos manter o nosso transporte bem procedido e com responsabilidade, onde o frotista tenha condições de manter seu veículo, minimizando os acidentes nas rodovias; onde possamos manter as empresas de ônibus, urbanas ou rodoviárias, dentro de um padrão que possa minimizar o preço da passagem.

A partir do momento que baixar a tributação dos insumos, as empresas poderão, no mesmo percentual, baixar o preço das passagens urbanas e rodoviárias.

A mesma coisa acontece com os fretes, onde o comerciante, o vendedor final, paga um frete acima da realidade, devido ao preço dos insumos que são utilizados no transporte: o pneu, o combustível, as autopeças. O que menos onera o preço final é o salário do motorista.

Portanto, quero mais uma vez cumprimentar o presidente do comitê sul-brasileiro de qualidade de petróleo, de combustíveis, que teve a bela iniciativa, juntamente com todos esses sindicatos, a Petrobras...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Comin) - Não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra aos srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, solene, para hoje, às 19h, em Jaraguá do Sul.

Está encerrada a presente sessão.

A T O S D A M E S A

A T O S D A M E S A D L

A T O D A M E S A N º 046-DL, de 2008

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o disposto no art. 57, inciso I, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONVOCA o cidadão Manoel Bertoncini da Silva, 4º Suplente do Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB, para ocupar cadeira de Deputado neste Poder, por declínio do 3º Suplente.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 22 de julho de 2008

Deputada Ana Paula Lima - Presidente, e.e.

Deputado Rogério mendonça - 1º Secretário

Deputado Antônio Aguiar - 4º Secretário

*** X X X ***

A T O D A M E S A N º 047-DL, de 2008

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o art. 52, inciso I, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONCEDE licença ao Senhor Deputado Gelson Merísio para ausentar-se do País, no período de 21 a 25 de julho do corrente ano, a fim de representar este Poder em visita a empresários na Itália.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 18 de julho de 2008

Deputada Ana Paula Lima - Presidente, e.e.

Deputado Rogério Mendonça - 1º Secretário

Deputado Antônio Aguiar - 4º Secretário

*** X X X ***

P U B L I C A Ç Õ E S D I V E R S A S

A T A D A C O M I S S Ã O P E R M A N E N T E

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA

As dezoito horas do dia dois de julho de dois mil e oito, reuniram-se na sala de reuniões das Comissões Técnicas a Comissão de Agricultura e Política Rural conjunta com a Frente Parlamentar Catarinense - FRENCOOP, sob a Presidência do Senhor Deputado Moacir Sopelsa, presentes os Senhores Deputados membros: Reno Caramori, Jean Kuhlmann, Herneus de Nadal e Carlos Hoegen. Convidados os Senhores: José Comelli, Presidente da FECOERUSC, Pedrinho Vignatti, representante da SICOOB, Ivan Ramos Secretário executivo da FECOAGRO, Geci Pungan, representante da OCESC, Ramon Santos de Medeiros, Gerente de Operações Especiais da Secretaria de Estado da Fazenda, Ivan S. Thiago de Carvalho, Procurador do Estado - Diretor Legislativo da Secretária Estadual de Coordenação e Articulação, Lirio Rosso, Secretário da Secretaria Estadual Executiva de Articulação, Adermo Francisco Crispan, Gerente da FECOERUSC e Claudemir Gazzoni, representante do Deputado Dirceu Dresch. Aberto os trabalhos o Presidente informou que a reunião tem objetivo de tratar das questões de interesse do sistema cooperativo já solicitados ao Governo do Estado, conforme dados: 1º. Uma Lei específica do Cooperativismo em SC - Inclusive foi entregue uma minuta com as sugestões do setor para debate junto a Alesc visando implantar uma Política de Desenvolvimento do Cooperativismo; 2º - Revisão da Lei Estadual 13.516, que regulamenta o uso das faixas de domínio pelas empresas, principalmente aquelas de distribuição de energia, dentre elas - as Cooperativas de Eletrificação Rural. Essa Lei autoriza o DEINFRA a cobrar uma taxa (espécie de aluguel) pelo uso das áreas de domínio ao longo das rodovias estaduais, representando um valor muito alto para mais de vinte e duas cooperativas de eletrificação rural que mantêm boa parte de sua rede ao longo dessas rodovias, e ainda por força da Lei, não podem repassar esse valor aos usuários, são mais de seiscentas e cinquenta mil pessoas que recebem energia das cooperativas de eletrificação rural, sendo cento e oitenta e seis mil associados que juntam-se ao presente pleito; 3º Debater o preço dos insumos no custo da produção. **Deputado Herneus de Nadal**, quero fazer umas considerações sobre várias indagações recebidas, uma delas é sobre os insumos, porque isso interfere no preço da produção dos alimentos. Temos que encontrar instrumentos onde possamos debater quais alternativas temos em nosso país para reduzir os custos na produção dos insumos, que possa ser comercializados com preço acessível, e não da forma como estão, contribuindo para o aumento da inflação - no Rio Grande do Sul, tomaram iniciativa através de um instrumento de investigação parlamentar buscar informações sobre quais as causas desses aumentos. Sugiro criar uma Comissão externa onde possa se colher sugestões na busca de soluções; outra sugestão é com relação a matéria-prima produzida pela Petrobrás, que dela se produz insumos ao setor agropecuário. Deixo consignado, que as iniciativas decididas a cerca dessa ponderação, e dos outros dois itens da pauta eu acompanho os integrantes na busca de soluções. **Senhor José Comelli**, cumprimento a todos, a preocupação das Cooperativas de Eletrificação Rural com o advento da Lei Estadual 13.516, - veio em seguida, a preocupação da inviabilização, após os cálculos que foi feito, tivemos a convicção, de que, posta em prática esta Lei, havendo esta cobrança, muitas Cooperativas de Eletrificação Rural não sobreviverão, até porque, todas matematicamente, nós sabemos fazer os cálculos, sabemos quanto vai custar para nos repassar os custos aos associados, além disso, Senhores, entendemos também que ao longo de cinquenta anos de existência, nós contribuimos para o Governo do Estado de Santa Catarina, de uma forma gigantesca, levamos energia elétrica para os Municípios e recanto mais longe de Santa Catarina, fazendo com que a área de ação em que as cooperativas atuam, estão quase cem por cento eletrificadas, nossa contribuição com o Governo do Estado foi grande, fazendo com que nenhum catarinense deixasse de ter o benefício da energia elétrica em sua residência, e também, procurando evitar o êxodo rural no Estado de Santa Catarina devido ao seu modelo de pequenas propriedades. Como advento desta Lei, isto tudo vem

dificultar nossas ações, gostaria também de lembrar, que em conversas com nossa representação, nosso presidente, em nossas assembleias, sempre falamos que temos uma força representativa em torno de cento e oitenta e seis mil associados "meio milhão", que usufruem da energia elétrica, e além disto, o que estamos fazendo: um trabalho de segurança nas cidades onde agimos, fazendo com que as rodovias sejam iluminadas, todas eletrificadas as nossas custas, - um serviço que nós entendemos que deveria ser por conta do Governo, mas nós cooperativistas catarinenses estamos fazendo Senhor Presidente, estamos lá, não só defendendo as pessoas que trafegam nas rodovias dos nossos Municípios, mas do Estado Inteiro, do Brasil Inteiro, que automaticamente se beneficiam de uma iluminação bela e de qualidade que as cooperativas estão fazendo ao longo dessas rodovias, agora! Penalizá-las com uma taxa ao longo dessas rodovias, seria dizer o fim, ou decretar parcialmente o fim das cooperativas de Santa Catarina, e principalmente! Negar ao homem do campo, uma batalha, uma luta ao longo de cinquenta anos um privilégio que eles alcançaram através das Cooperativas de Eletrificação Rural, que escapará das nossas mãos, caso não encontrarmos uma solução para revisão da Lei 13.516, quero aqui, em nome das vinte e duas Cooperativas de Eletrificação Rural de Santa Catarina, e dos cento e oitenta e seis mil associados catarinenses, pedir o empenho do Governo e dos Senhores Deputados que pertencem a FRENCOOP, sensibilizem-se com esta questão, porque para o Estado pode não significar muito, mas para as Cooperativas poderá significar um prejuízo enorme. Apoiamos plenamente os pleitos da nossa entidade maior, da OCESC, da Lei Cooperativista e da Lei do Meio Ambiente nas questões dos insumos Senhor Presidente. Quero aqui salienta, que estarei levando uma mensagem de otimismo aos nossos Presidentes, de que este Parlamento Catarinense, composto por vinte e quatro Deputados que se escreveram na frente parlamentar do Cooperativismo em Santa Catarina, possam nos dar resposta para estes três pleitos, que não são só da Eletrificação Rural, são do Cooperativismo Catarinense. **O Senhor Geci Pungan**, cumprimento a todos, e em nome do Presidente da OCESC, refiro-me sobre a Lei Cooperativista, a iniciativa da OCESC, deu-se numa reunião com o Governo do Estado, mencionando em que, vários Estados já possuem essa Lei Estadual, o Cooperativismo é regido por uma Lei Federal, onde constam todas normativas, modos operando do cooperativismo em todo o País, no entanto, ponderamos na época, havia conveniência de uma política de Cooperativismo para o Estado de Santa Catarina, mediante esta alegação é que o Senhor Governador nos estimulou há apresentar uma sugestão de Lei Cooperativista Estadual, isto foi feito da parte da OCESC, sem a menor pretensão de adequação, aos termos legislativos, até porque não é o nosso metê a redação nos termos legislativos, no modo de elaborar uma legislação, foi feito apresentação de uma minuta simples, em que praticamente não se pleiteava nada, eu menciono apenas uma citação nesta minuta, em que se pleiteava a criação de um fundo específico para atendimento à pequenas cooperativas no valor de um milhão de reais, isso para o ano. Entendemos as dificuldades, as questões legais do Estado de fazer constar um milhão de reais para um determinado fundo de um novo pleito, porém, nosso ponto de vista isto tudo é irrelevante na vontade de se implementar uma política de cooperativismo estadual, o que nos deixa frustrados, é que da ocasião em que foi entregue até o presente momento não tivemos nenhuma resposta formal por parte do Poder Executivo, ou da Secretaria da Fazenda, para quem foi encaminhado o Projeto ou a sugestão da parte do Senhor Governador, nenhuma resposta, convocação ou diálogo em torno do assunto, então Senhores Deputados, ainda agradecendo pela oportunidade de manifestação, gostaríamos que houvesse por parte do Governo seja Poder Executivo ou Legislativo, implementar uma discussão sobre o assunto, para quem sabe no futuro, chegarmos um acordo nessa política de cooperativismo no Estado de Santa Catarina. O setor cooperativo contribui com algo em torno de dez por cento do PIB em Santa Catarina, é um contribuinte exemplar, com números que extrapola qualquer suposição da sociedade que de um modo geral, imagina que as cooperativas são isentas de tributos, pelo contrario, recolhe muito mais em determinadas circunstâncias do que outras empresas dentro da formalidade legal. Creio que merecemos alguma atenção neste aspecto, no mínimo para uma

discussão sobre esse assunto, da possibilidade ou não, e se não for possível, ótimo entenderemos. Mas creio que com pequeno esforço é possível, sobre tudo com a colaboração dos Senhores. **O Deputado Moacir Sopelsa**, nem que seja uma resposta negativa, mas ela precisa ser dada, concordo com o Senhor, porque não é assim que deve-se tratar as coisas no Poder Público. Ivan, a FECOAGRO tem uma fábrica de adubos não é?. **O Senhor Ivan Ramos**, sobre o fertilizante, pra ser pratico, esse é um problema mundial, no momento ele esta no auge da decisão do plantio, e quem precisa comprar fertilizante para próxima safra de verão já tem as definições, para este ano nós não vimos nem uma possibilidade de alteração do mercado em função da possibilidade da época do plantio. Temos uma fábrica em São Francisco do Sul, misturador de fertilizantes, e importamos matéria-prima, sentimos na carne, na pratica, como é o produto, as nossas cooperativas que fazem parte da FECOAGRO, não todas, mas as principais do Estado, tem uma demanda de aproximadamente trezentas mil toneladas de fertilizantes por ano, a nossa fábrica ta dimensionada para fazer cento e cinquenta mil, e nós vamos fazer este ano no máximo, mais setenta oitenta mil, por dificuldade de conseguir matéria-prima, pra fazer o processo, conseqüentemente, o restante nós temos que adquirir do mercado convencional, que em volume e valores são dominados pelas multinacionais. Subiu o preço do fertilizante, a matéria-prima mais de cem por cento, tem produto que o menor indice que subiu foi cento e dezoito por cento, que é a uréia, e o maior, duzentos e trinta e quatro por cento, da safra passada pra essa safra, esses são elementos que compõem as formulas para determinada cultura, então, cada cultura vai um tipo de produto, que é feito a mistura na fábrica. Mas com segurança subiu mais de cento e vinte por cento do ano passado pra este ano. Isso, em função do mercado internacional, setenta oitenta por cento do fertilizante a matéria-prima vem do exterior, no Brasil tem a uréia, que poderia tentar regular um pouco o preço, não o suficiente, mas tem um volume maior, mas a uréia ta na mão de um grupo de empresas de domínio estrangeiro que acompanha o mercado internacional, o mercado internacional ta em aquecimento, os Estados Unidos ampliou o uso de fertilizantes em função da ampliação da área para produção de milho para produzir o Etanol, a China e a Índia aumentaram expressivamente a demanda, e conseqüentemente a lei da oferta e a procura faz o preço subir, como a gente depende do mercado internacional, estamos na mão deles, as empresas nacionais não tem o que fazer, tem é que produzir mais fertilizantes no Brasil, agora, produzir mais fertilizantes não é assim, tem que explorar as rochas, ter infra-estrutura, é um processo de quatro a cinco anos pra se começar alguma coisa, então nesse momento não tem muito o que se fazer em termos de fertilizantes, os outros insumos que são os agrotóxicos, os herbicidas, inseticidas, também acompanham o mercado internacional, não nestes indices, mas também subiram, quarenta cinquenta por cento, dependendo do tipo de produto, então estamos de mãos atadas no momento. Sugiro que a Comissão de Agricultura, a FRECOOP e Assembléia Legislativa, deva se engajar num estudo que está sendo feito a nível nacional pelas Cooperativas através da OCB e CNA, junto com Governo e o Ministério de Agricultura, para agilizar que se explore as rochas que existem no Brasil, elas estão nas mãos de pequenos grupos internacionais, que pra eles tanto faz explorar aqui como trazer do exterior, porque são donos aqui e lá, e aqui teria que investir pra fazer, então eles preferem trazer do exterior. **O Deputado Moacir Sopelsa**, eu vi no site do Ministério da Agricultura que a China taxou para exportar pra fora do País cento e trinta por cento. **O Deputado Jean Kuhlmann**, me permitam usar a palavra antes do Doutor Ivan esclarecer sobre a Lei do Cooperativismo, quando assumi a Secretaria, na condição de Secretário do Desenvolvimento Econômico Sustentável, no ano passado, lá foi dado a OCESC, através de um pedido do Governador, a condição de indicar um representante do Cooperativismo junto a Diretoria de Cooperativismo que é o Doutor Paulo, uma das missões que demos ao Doutor Paulo, é que ele conversasse com a OCESC, pra que surgisse uma proposta de uma minuta de projeto de Lei Estadual do Cooperativismo, com base na Legislação apresentada no Rio Grande do Sul, o Paulo fez a reunião, participamos juntos com a OCESC, foi nos apresentada então uma minuta, e essa minuta foi apresentada a Secretaria da Fazenda, a Secretaria da Fazenda justamente pela questão do fundo, fez e apresentou de volta a Secretaria do Desenvolvimento Sustentável, com algumas restrições a respeito daquela legislação, e a Secretaria do Desenvolvimento Sustentável, encaminhou a Diretoria de Cooperativismo para que o Paulo juntamente com a OCESC, buscasse uma nova versão da Legislação, evitando alguns problemas apontados pela Secretaria da Fazenda e pela Procuradoria Jurídica do Estado sendo de forma inconstitucional, aí no final de novembro voltei pra esta Casa, e participando de um evento em Treze Tílias, pedi ao Paulo que mandasse novamente a nova proposta da OCESC, pra que fosse remetido novamente ao Governo sem aqueles vícios de inconstitucionalidades já apresentados anteriormente, infelizmente Senhor Presidente, ainda na condição de Secretário não havia recebido esta nova minuta, eu não sei, se esta nova minuta foi encaminhada ao Governo ou não. Quero deixar claro ao Doutor Ivan, porque na época não era ele quem estava na Diretoria de assuntos Legislativo, e não participei deste debate, então não sei se a OCESC mandou outra minuta, ou se a minuta que o Doutor Ivan tem em mãos é a minuta que já havia sido dado parecer pela Secretaria da Fazenda e Procuradoria com os vícios de inconstitucionalidade, lamento não estar aqui presente o diretor de Cooperativismo do Estado **Doutor Paulo Fonte Knoll**, ele poderia trazer um relato desde o início até o final. **O Doutor Ivan S. Thiago de Carvalho**, inicialmente cumprimento a todos. Realmente eu não tenho este histórico, eu ainda não estava na diretoria, vim me interar deste assunto a pouco tempo, me convenso da importância do assunto, precisamos avaliar de uma forma mais profunda, ainda estou me interagando na realidade de toda complexidade que envolve este tema, existe por exemplo: uma política nacional de cooperativismo, não escutei nem um dos Senhores tecer algum comentário a respeito desta Lei, é uma Lei Federal, também na pauta de hoje, um dos pleitos é a revisão da Lei 13.516, que trata do uso da faixa de domínio, um pleito importante que envolve vários órgãos do Governo, que vai certamente ter alguma resistência, especialmente no DEINFRA, mais acho importante debatermos este assunto, eu dei uma olhada em algumas

Leis da Federação, temos o Estado de Goiás, Rio Grande do Sul, em fim, que pode nos ajudar a trazer elementos pra criar uma política aqui no Estado de Santa Catarina, tem que ser uma política estadual de apoio ao cooperativismo, mas esse apoio não pode ferir a política nacional, acho importante Deputado, amadurecer este assunto. Sugiro formar uma Comissão com integrantes da Diretoria Legislativa em meu nome, da Secretaria da Fazenda, dos Cooperados e aqui do Próprio Poder Legislativo, aí então podemos avançar. **O Doutor Lirio Rosso**, Deputado Sopelsa, quero apenas acrescentar que participei de algumas reuniões, que o assunto tratado era da FECOERESC, também com Presidentes das Cooperativas, mas o assunto não chegou a ser concluindo, como diz o Doutor Ivan, o DEINFRA, deve ter restrições, mas como foi relatado, pelo Presidente Comelli, não podemos sufocar as Cooperativas de Eletrificação Rural, porque elas realmente contribuíram muito de maneira decisiva pelo desenvolvimento do nosso Estado, na interiorização da eletrificação, pela fixação do homem no campo. É preciso romper esta resistência que tem o DEINFRA, que se avance nesta questão do entendimento, ou numa isenção total, mas ao menos numa minimização daquilo que se pretende cobrar das Cooperativas de Eletrificação Rural. Quanto a questão da Lei do Cooperativismo em Santa Catarina, realmente passou pelas minhas mãos, ainda quando existia a implementação de um fundo de um milhão de reais, mas até pela pratica parlamentar que eu já tive, sei que é inconstitucional criação de qualquer fundo, ou que vincule, uma despesa a um fundo, mas o fundamental é que exista uma lei, e vamos colaborar para que este projeto avance. Quanto aos fertilizantes e aos insumos, é uma notícia que ouvimos hoje. O Governo Federal, através dos seus Ministérios, vai obrigar aqueles que tem como cartas de reservas dessas jazidas, sejam compelidos a explorar sob pena de perderem as concessões, por isso acho que são medidas que estão evoluindo, de nossa parte queremos colaborar naquilo que for decidido aqui, junto ao Governo do Estado. **O Deputado Moacir Sopelsa**, quero registrar aqui para que o Doutor Ivan leve a Secretaria de Coordenação e Articulação, nós fizemos aqui na Assembléia já no ano passado, ofícios, requerimentos e não foi só as Cooperativas que não tiveram respostas, nós da Assembléia também não tivemos nenhuma resposta, quero registrar, não é nada pessoal, mas ta faltando realmente da parte do Governo, olhar para esse lado com mais posição, eu espero que a partir de hoje a gente possa construir um grupo de trabalho aqui, e a partir da semana que vem começamos trabalhar essas ações, nós temos que entender as dificuldades, mas não podemos fugir das dificuldades, não podemos esquecer que temos uma resposta pra dar, essa resposta não importa de que forma ela é dada, mas precisa ser dada. **O Deputado Jean Kuhlman**, quero pedir autorização para me ausentar por causa de uma questão de saúde na família, mas me coloco a disposição da OCESC, para que a gente possa continuar esse debate, começamos na Secretaria e me sinto co-responsável Presidente, pra que a gente possa não apenas ter iniciado, mas junto com Vossa Excelência e demais Deputados poder concluir, é muito importante na política as coisas começar e terminar, tomara que aqui a gente possa ter encaminhamentos para concluir, tenho certeza que através desta união vamos buscar os resultados, todos nós queremos o bem do Estado, basta cada um fazer a sua parte. **O Deputado Moacir Sopelsa**, obrigado Deputado Jean Kuhlman, eu sei que nós podemos contar com Vosso apoio, o Senhor Já tinha nos dito isso quando pediu para assinar a lista da criação da FRECOOP na Assembléia. **O Deputado Reno Caramori**, seu José, o Senhor fez um relato exatamente o que nos sentimos, e que é a grande realidade, as Cooperativas hoje elas compram energia elétrica e repassam ao consumidor. Quando esta Lei surgiu, nós já prevíamos o que poderia acontecer, inclusive comentávamos que quem coloca um outdoors em cima de um barranco na faixa de domínio, esta promovendo seu produto, fazendo propaganda ou coisa que o valha, agora, quem coloca um poste tem que ter um diferencial, e isso compete ao Governo. Porque não temos a prerrogativa de alterar isso, quando se trata de matéria tributária ou financeira. Mas cabe a Comissão de Agricultura e a Frente Parlamentar do Cooperativismo, fazer encaminhamento de um documento que é prerrogativa do parlamentar, mostrando ao Governo, não ao Governador, é o Governo no seu todo, porque entra Governo, e sai Governo, e as Leis permanecem e executam, há necessidade que façamos um documento pra buscar solução imediata, porque o nervosismo do consumidor é grande, muito mas do que dos próprios diretores e gerentes das Cooperativas, porque vai estourar no pequeno, e conseqüentemente as Cooperativas não vão suportar, tenho falado muito com o Samuel do Oeste, a lucratividade é muito pequena, no KW cobrado, porque é comprado e vendido, bem que lá já existe uma geradora, o problema é, tem que fornecer energia elétrica, se nós onerarmos mais ainda a situação, não vamos ter suporte pra isso. Minha sugestão, é nós tomarmos imediatamente uma atitude através da Assembléia, uma Indicação ou um documento hábil, e que o Governo encaminhe para Assembléia uma Lei que possa isentar as Cooperativas dessa taxa que é impossível. Sobre a Lei das Cooperativas, lembro bem, o Governador foi muito hábil, mas nós também entendíamos que a coisa iria ser rápida, mas não foi, então creio que devemos agilizar porque o setor cooperativo é hoje o sustentáculo na manutenção do nosso pequeno produtor lá no campo, é a grande verdade! Ninguém foge disto - o associativismo hoje na agropecuária é o que ta mantendo o homem no campo, precisamos encontrar através do cooperativismo a viabilidade de manter cada vez mais o homem no campo. Quanto ao problema dos insumos, isso é um verdadeiro absurdo! Só como exemplo: lá em Caçador iniciou-se um grande plantio de milho, tendo em vista a grande produção do tomate, aproveita-se a entre safra, a adubação do tomate e a conservação do solo, do tomate, planta-se milho, até porque ele é benéfico na recomposição do solo, o que ocorreu: A grande maioria desses plantadores de milho que tem adubo estocado vai plantar, e aquele que não tem, não tem a menor condições de investir em defensivos, porque pelos cálculos que fizeram, eles não tem condições. Então o pessoal de Caçador da Coopervil, estão tentando uma solução - lá em Brasília, o Deputado Zonta e o Deputado Colatto de Santa Catarina são os grandes lutadores, e temos o Luiz Heinze do Rio Grande do Sul, e o Lupião no Paraná. **O Deputado Moacir Sopelsa**, a lei das Cooperativas o Ivan me dizia a pouco que lá em Brasília ta a

quinze anos, esperamos que nós tenhamos um pouco mais de sorte aqui em Santa Catarina. O **Deputado Carlos Hoegen**, vim apenas para dizer que estamos a disposição para nos engajar nessa empreitada que é justa digna que naturalmente prestigia uma região como a minha que vive da pequena agricultura familiar, de uma gente que tira lá do campo e faz uma história que temos graças a Deus o que comemorar por lá, eu até depois da minha eleição não ter tido todo sucesso, fui diretor da Casan e lá eu reclamava em relação a faixa de domínio, como é que o Estado pode cobrar uma taxa por um serviço público essencial a população como o serviço de água e energia. Lamento também a falta de programação para tudo, reclama-se agora que não se tem estrada porque tem muitos carros; não temos insumos para atender a demanda de produtividade, a agricultura vive em grande parte bom momento, mas já não tem condições de dar sequência e sonhar com melhores dias porque efetivamente o Brasil não se preparou, ouvindo agora sobre uma Lei a quinze anos lá no Congresso: Vamos nos aligeirar aqui. O **Deputado Moacir Sopelsa**, Eu gostaria de fazer alguns encaminhamentos, somos vinte e quatro Deputados que assinaram o Requerimento para criar a Frente Parlamentar, e sempre nos encontramos em poucos, mas tenho certeza que lá no plenário vamos poder contar com os votos de todos. Eu Faria uma proposta! Vamos deixar um grupo já estabelecido aqui, pra nós começarmos a partir de terça-feira, deixarmos a primeira reunião já agendada pra tratar dos dois assuntos do Governo, " a questão taxas de cobrança nas rodovias estaduais e a questão da Lei das Cooperativas" - as Cooperativas indicaram seus representantes, a Comissão de Agricultura e a Frente Parlamentar os seus, e a Secretaria de Articulação, Fazenda e Desenvolvimento Econômico, o Governo fará a agenda para as três Secretarias, e terça-feira, trataríamos desse assunto, Acho que devemos estabelecermos uma data, pra isso sair do papel. O **Deputado Reno Caramori**, dou uma sugestão, porque a Comissão tem uma grande responsabilidade tanto, quanto a Frente Parlamentar, e esse Parlamento tem que estar sempre registrado vamos formatar um documento, solicitando ao Governo a formação desse grupo de trabalho, e ele indicará quem vai participar do Executivo, da mesma forma ao setor das Cooperativas de Eletrificação, que seria um convite, mas a formatação deste documento tem que ser feito, através de Plenário ou pela Comissão, é uma questão de garantia porque estamos hoje aqui só em três Deputados, e somos em sete, depois vão nos cobrar. O **Deputado Moacir Sopelsa**, Deputado Reno, minha proposta é que a ata que estamos produzindo hoje e a decisão que tomarmos aqui, faremos um documento com a nossa assessoria, que possamos contemplar isso. Eu estou me sentindo meio inútil, são ações que me foram cobradas o ano passado, e eu não tenho resposta pra dar, quero fazer minha parte, sei que o Governo também que fazer a parte dele, mas temos que caminhar. Então, vamos fazer o encaminhamento conforme solicitou o Deputado Reno, e também vamos continuar os contatos nossos pra achar o mais breve possível o encaminhamento das duas situações, e a terceira, vamos trabalhar com Moções daqui da Assembléia que é as questões dos insumos, cobrando ações do Governo Federal ou de quem for de direito. Se não podermos planejar pra este ano, mas que tenha segurança pro ano que vem. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente considerou encerrada a reunião, da qual eu, Sônia Maria da Silveira Chefe da secretária lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente. Florianópolis, dois de julho de dois mil e oito.

Deputado Moacir Sopelsa
Presidente

*** X X X ***

OFÍCIOS

CÂMARA DE VEREADORES DE JOINVILLE
ESTADO DE SANTA CATARINA

Joinville, 17 de Julho de 2008.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Júlio Garcia
Presidente da Assembléia Legislativa de SC
Palácio Barriga Verde
88020-900 - Florianópolis - SC

Informo o recebimento da correspondência que convoca este suplente para assumir a vaga de Deputado Estadual em virtude da licença do Deputado Titular Clésio Salvaro.

Comunico a Vossa Excelência que, em virtude de estar em pleno exercício de mandato de vereador e candidato ao pleito de 2008, e diante da vedação da Constituição Estadual, no seu artigo 43, II, d, que me impossibilita de assumir mais de um mandato público eletivo e dos §§ 1º e 2º do Art. 57 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, declaro-me impossibilitado de assumir o exercício do mandato, colocando-me à disposição para uma próxima convocação.

Atenciosamente,

Maurício Fernando Peixer
Vereador

Lido no Expediente
Sessão de 22/07/08

*** X X X ***

Tubarão, 22 de julho de 2008.

À

Deputada Ana Paula Lima

D. Presidente da Assembléia Legislativa de Santa Catarina

Nesta

Prezada Sra. Presidenta:

Tendo sido informado que serei convocado para a ocupação do cargo de Deputado Estadual, em virtude de minha situação de suplente e da vacância da vaga, venho informar a V.Exa. que não poderei exercer este meu direito político, pelo menos até 05.10.2008, por estar momentaneamente impedido de assumir a cadeira de Deputado, em razão de estar registrado como candidato a Prefeito, no Município de Tubarão, estando em campanha eleitoral até a referida data.

Assim, colocando-me à disposição para qualquer outra informação complementar, subscrevo-me

Atenciosamente

Manoel Antônio Bertoncini Silva

Lido no Expediente

Sessão de 22/07/08

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 155/08

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE
MANTENEDORA DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL
CANTINHO DOS SONHOS
Fundada em 20/08/1990

Of./ESC/040/2008

Anita Garibaldi, 14 de julho de 2008

Ilmo. Sr.

Júlio Garcia

DD. Presidente da Assembléia Legislativa de Santa Catarina

Florianópolis-SC

Prezado Senhor,

Cumprimentando-o cordialmente, vimos através deste encaminhar a Vossa Senhoria documentos necessários para a manutenção da Certidão de Utilidade Pública Estadual desta entidade, ano base de 2007.

Sendo o que tínhamos para o momento, aproveitamos da oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Salete Matos Fernandes

Matrícula 143941-3-01

Diretora da APAE

Anita Garibaldi - SC

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 207/08

Dispõe sobre o controle de cães e gatos no território catarinense com a colocação de *microchip* e dá outras providências.

Art. 1º Todos os cães e gatos residentes no Estado de Santa Catarina deverão, obrigatoriamente, ser registrados no órgão municipal responsável pelo controle de zoonoses ou em estabelecimentos veterinários devidamente credenciados por esse mesmo órgão.

Art. 2º Ao ser efetuado o registro de que trata o artigo anterior, o animal receberá um *microchip* que conterá todas as informações relativas ao animal, bem como as de ordem sanitária, compondo o histórico da vida do animal, que deverá ser fixado na coleira.

§ 1º Por informações entende-se nome do animal, sexo, raça, cor, data de nascimento, real ou presumida, marcas, sinais e cicatrizes peculiares e foto do animal de corpo inteiro em dois ângulos diferentes, nome do proprietário, número da cédula de identidade, do cpf, endereço completo e telefone.

§ 2º Por informações de ordem sanitária entende-se, entre outras da mesma natureza, a data de everminação e vacinações de doenças de notificação compulsória.

Art. 3º Quando houver a transferência de propriedade de um animal, o novo proprietário deverá comparecer ao órgão municipal responsável pelo controle de zoonoses ou a um estabelecimento veterinário credenciado para proceder à atualização de todos os dados cadastrais.

Art. 4º Em casos de ataque do animal a humanos, os dados cadastrados no *microchip* serão utilizados para localizar e imputar judicialmente o proprietário.

Art. 5º Nos casos em que o animal não tiver sido cadastrado nas formas acima descritas, os estabelecimentos veterinários credenciados ficam obrigados a fazer o cadastro e colocação do *microchip* nos animais no momento de sua vacinação.

Art. 6º Verificada a infração a qualquer dispositivo desta Lei, os Fiscais de Vigilância Sanitária de cada município, a quem compete a fiscalização, poderão aplicar as seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multa no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), sendo o dobro na reincidência;

III - apreensão do animal;

IV - interdição total ou parcial, temporária ou permanente, do estabelecimento veterinário credenciado.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Gelson Merisio

Lido no Expediente

Sessão de 22/07/08

JUSTIFICATIVA

Submeto à elevada consideração de Vossas Excelências o projeto de lei anexo que dispõe sobre o controle de cães e gatos no território catarinense, com a colocação de *microchip*.

Objetiva-se a que as pessoas proprietárias desses animais tenham responsabilidade para com a saúde e guarda dos mesmos, mantendo-os saudáveis e vacinados, e que a qualquer momento a fiscalização possa verificar o histórico do animal, através do *microchip*, além de facilitar a localização dos proprietários dos animais em caso de abandono. Em caso de ataque a humanos, o *microchip* servirá para a localização do proprietário do animal a fim de que o mesmo arque legalmente, de acordo com a lei vigente, com as conseqüências do referido ato.

Sendo uma iniciativa de lei que busca possibilitar uma convivência saudável dos animais de estimação com seus proprietários, beneficiando a saúde pública, espera este Parlamentar contar com o apoio dos Senhores Deputados que integram este Poder, para sua aprovação.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 208/08

"Dispõe sobre a criação do Programa de Identificação e Tratamento da dislexia na Rede Oficial de Educação Pública e dá outras providências."

Art. 1º Fica autorizado o Governo do estado a implantar o Programa de Identificação e Tratamento da Dislexia na Rede Estadual de Ensino.

Parágrafo Único - A iniciativa de que trata o caput deste artigo refere-se à aplicação de exame nos educandos matriculados na Rede Estadual de Ensino com enfoque para o Ensino Fundamental.

Art. 2º O Programa de Identificação e Tratamento da Dislexia na rede Estadual de Ensino se aplica também na capacitação permanente do corpo docente com objetivo de identificar os sinais da Dislexia e de outros distúrbios nos alunos.

Art. 3º Caberá as Secretarias de Estado da Saúde e da Educação a Formulação de diretrizes para viabilizar a plena execução do Programa de Identificação e Tratamento da Dislexia na Rede Estadual de Ensino, sendo necessária a criação de equipes multidisciplinares de profissionais para a execução plena do trabalho de prevenção e tratamento.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Gelson Merisio

Lido no Expediente
Sessão de 22/07/08

JUSTIFICATIVA

A dislexia é um distúrbio da linguagem e/ou leitura, o termo dislexia provoca temor principalmente entre os pais, perante um quadro de diagnósticos disléxico do seu filho.

Pesquisas já realizada em vários países apresentam que cerca de 10 a 15% da população mundial é disléxica, ao contrário do que muitos acreditam, a dislexia não é o resultado de má alfabetização, desatenção, desmotivação, condição socioeconômica ou baixa inteligência.

É uma condição hereditária com alterações genéticas, apresentando ainda mudanças no padrão neurológico.

A dislexia deve ser diagnosticada por uma equipe multidisciplinar, a avaliação detalhada proporciona condições de um acompanhamento pós-diagnóstico mais efetivo, direcionado às particularidades de cada indivíduo. Os sintomas que identificam a dislexia, antes de um diagnóstico multidisciplinar, apontam apenas um distúrbio de aprendizagem.

Identificando o problema de rendimento escolar ou sintomas isolados, que podem ser percebidos na escola ou mesmo em casa, remetem a procura de ajuda especializada embasada em uma minuciosa investigação multidisciplinar. Essa equipe deve garantir maior abrangência do processo de avaliação, verificando a necessidade do parecer de outros profissionais, como oftalmologista e neurologista.

Atualmente, a imensa maioria da rede pública e particular de ensino não está capacitada para este desafio. Partindo deste enfoque percebemos a importância de criarmos em nossas escolas um programa efetivo, que capacite professores a identificar estes distúrbios, crie equipes multidisciplinares para realizar uma avaliação precisa e garanta o acompanhamento profissional necessário.

Garantiremos desta forma que muitas crianças e jovens em idade escolar tenham condições de corrigir um distúrbio, que restringe sua capacidade de aprendizado. Estaremos abrindo portas para que estes tenham um futuro sem traumas, proporcionando uma melhor qualidade de vida.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 209/08

Declara de utilidade pública a Associação Semeando Vidas - ASSEVI, com sede no município de Pouso Redondo.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Semeando Vidas - ASSEVI, com sede no município de Pouso Redondo.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Rogério Mendonça

Lido no Expediente
Sessão de 22/07/08

JUSTIFICATIVA

Submeto à elevada consideração de Vossas Excelências o projeto de lei em anexo que declara de utilidade pública estadual a Associação Semeando Vidas - ASSEVI, com sede no município de Pouso Redondo.

Trata-se de associação civil sem fins lucrativos, de direito privado, fundada em 22 de novembro de 2003, e que tem por finalidade a realização de projetos de atendimento, orientação e reestruturação comunitária na área de promoção social, cultural, meio ambiente, turismo, esportes, educação, direitos humanos e saúde, visando à melhoria na qualidade de vida e conseqüentemente, reduzir o índice de criminalidade e da violência na comunidade.

Assim, para dar continuidade a essas dignas ações, faz-se necessário que a referida entidade seja beneficiada com a declaração de utilidade pública estadual.

*** X X X ***

PROJETO DE RESOLUÇÃO**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 004/08**

Institui a Comenda do Legislativo Catarinense.

Art. 1º Fica instituída a Comenda do Legislativo Catarinense, com o objetivo de homenagear pessoas físicas, jurídicas e outras entidades, que no campo de suas atividades realizam ações relevantes e de destaque no Estado.

Parágrafo único. A Comenda de que trata o caput deste artigo será confeccionada conforme o modelo a ser estabelecido pela Coordenadoria de Eventos.

Art. 2º A Comenda será a única outorgada pelo Poder Legislativo e concedida anualmente em data a ser definida pela Mesa no início do segundo período de cada Sessão Legislativa.

Art. 3º Cada parlamentar com assento na Assembléia Legislativa poderá indicar um homenageado.

§ 1º A indicação será feita até sessenta dias antes da homenagem e será acompanhada dos dados do homenageado e de justificativa que ateste a relevância e destaque da atividade empreendida.

§ 2º Ato da Mesa homologará as indicações dos homenageados.

Art. 4º A Coordenadoria de Eventos da Assembléia Legislativa fica responsável pela organização da Sessão Solene de outorga da Comenda do Legislativo Catarinense.

Art. 5º Ficam revogadas as Resoluções 009, de 2006; 010, de 2006; 014, de 2006; 018, de 2006; 002, de 2007; 003, de 2007; 004, de 2007; e 008, de 2007.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,
Deputado Julio Garcia - Presidente
Deputado Antônio Aguiar
Deputada Ana Paula Lima
Deputado Valmir Comin

Lido no Expediente
Sessão de 22/07/08

JUSTIFICATIVA

Atualmente, são deferidas pelo Poder Legislativo quinze honrarias para homenagear pessoas e entidades que se destacam no cenário catarinense, são elas:

Medalha de Mérito Antonieta de Barros, Medalha de Mérito Poder Legislativo Catarinense, Medalha de Mérito Cruz e Sousa, Medalha de Mérito Vida Amábil, Medalha de Mérito Castorina Lobo de São Thiago, Medalha Parceria Comunitária - Assembléia Legislativa e Lions Clube Catarinense, Medalha de Mérito Carl Franz Albert Hoepcke, Troféu de Respeito à Cidadania e à Diversidade, Medalha de Honra ao Mérito Mauricio Sirotsky Sobrinho, Medalha de Mérito Desportista Catarinense, Medalha de Honra ao Mérito D. José Gomes, Medalha de Mérito Professor Jacob Anderle, Medalha de Mérito do Contestado, Medalha de Honra e Mérito Dia Internacional da Mulher e Medalha de Mérito Crispim Mira.

Apesar de prestarem justa homenagem às diversas áreas de atuação da sociedade, a Coordenadoria de Eventos da Assembléia encontra dificuldades para operacionalizar a entrega das homenagens, visto que quase sempre o Gabinete Parlamentar não define de imediato qual a medalha a ser outorgada.

Por conta desse fato, a necessidade de solicitar com antecedência a medalha ao fornecedor prejudica o cumprimento do prazo definido para a entrega da homenagem e, além disso, o custo financeiro para a confecção da matriz de cada medalha é muito elevado.

Assim, por sugestão da Coordenadoria de Eventos e da Gerência de Cerimonial desta Casa, apresento o presente projeto de resolução instituindo uma única homenagem a ser prestada pelo Poder Legislativo, traduzindo nosso reconhecimento às personalidades e entidades que se destacam na vida dos catarinenses.

Desta forma, estaremos preservando a tradição desta Casa, ao reconhecer o trabalho meritório executado em benefício do conjunto da sociedade e aplicando medida para racionalizar tempo e custos quando do deferimento de justa homenagem.

*** X X X ***